

Via Varejo S.A.

*Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2014 e Relatório dos
Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações corporativas

A Via Varejo S.A., diretamente ou por meio de suas controladas ("Companhia" ou "Via Varejo") atua no segmento varejista de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, telefonia e móveis através das bandeiras "Casas Bahia" e "Ponto Frio". Sua sede está localizada em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo - Brasil. A Companhia detém suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo sob o código "VVAR11" e "VVAR3" e é controlada pela Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD"), a qual por sua vez é controlada pelo Casino Guichard Perrachon ("Casino").

As participações societárias da Companhia em controladas e coligadas estão resumidas na nota explicativa nº 28.

a) Termo de compromisso de desempenho

A Companhia, seus acionistas CBD e Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB"), e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") celebraram em 17 de abril de 2013 o Termo de Compromisso de Desempenho ("TCD"), para aprovação da associação dos negócios Ponto Frio e Casas Bahia celebrada em 2010. Como principal objetivo desse TCD, a Companhia e seus acionistas tinham como obrigação alienar 74 lojas, localizadas em 54 municípios distribuídos em seis estados e no Distrito Federal.

Em atendimento ao TCD, entre outubro de 2013 a janeiro de 2014, a Companhia alienou 42 lojas que já tiveram suas aprovações divulgadas pelo CADE durante setembro e outubro de 2014. A Companhia ainda aguarda o cumprimento de condições precedentes contidas nos contratos de compra e venda, as quais podem ter influência no valor de venda final dessas lojas, bem como na efetiva transferência das lojas aos adquirentes. Os efeitos contábeis resultantes da venda das lojas serão reconhecidos quando as condições precedentes forem atendidas e não há risco de perda dos valores atualmente registrados.

Para as 32 lojas remanescentes, durante maio e junho de 2014 as suas atividades foram encerradas. A Companhia pagou uma multa pela não alienação dessas lojas de R\$12, conforme previsto no TCD.

A Companhia entende que cumpriu as obrigações descritas no TCD e aguarda um pronunciamento formal do CADE.

b) Alienação de controlada

CBCC

Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia alienou o controle de CBCC. A consideração recebida foi de R\$20. Informações adicionais na nota explicativa nº 10 (iv).

Nova Pontocom

Em 17 de outubro de 2013, a Companhia vendeu participação de 6,2% de Nova Pontocom para a sua controladora CBD. A consideração recebida foi de R\$80. Informações adicionais na nota explicativa nº 10 (i).

c) Aquisição de investimentos

Marneylectro

Em 22 de dezembro de 2014, a Companhia adquiriu participação de 2,2% do capital total e votante de Marneylectro sediada em Luxemburgo. Informações adicionais na nota explicativa nº 10 (iii).

Bartira

Em 2 de dezembro de 2013, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social de Bartira. A consideração paga foi de R\$212. Informações adicionais na nota explicativa nº 26.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014**

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

2. Práticas contábeis significativas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB") e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("demonstrações financeiras") adotam o Real como moeda funcional e de apresentação. As demonstrações financeiras foram preparadas baseadas no custo histórico de cada transação.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de fevereiro de 2015.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2014.

Pronunciamento	Descrição	Impacto
Alterações a IAS 32/CPC 39 - Apresentação de Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos Líquidos	Os ajustes da IAS 32 /CPC 39 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. Especificamente, a emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente".	A Companhia avaliou se certos ativos financeiros e passivos financeiros se qualificam para a compensação, tendo como base os critérios das alterações da norma, e concluiu não existirem impactos nas demonstrações financeiras consolidadas.
Alterações a IAS 36/CPC 01 (R1) - Divulgação de Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros	As alterações da IAS 36/CPC 01 (R1) retiram os requerimentos de divulgar o montante recuperável de uma unidade geradora de caixa, para a qual o ágio de expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) ou outro ativo intangível com vida útil indefinida tenha sido alocado quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo ou reversão de redução ao valor recuperável relacionado a essa unidade geradora de caixa.	A aplicação dessas alterações não teve impactos nas demonstrações financeiras consolidadas.
IFRIC 21 - Tributos	O IFRIC 21 endereça o momento de reconhecer um passivo decorrente da obrigação de pagamento de tributos impostos por um governo. A interpretação define tributos e especifica que o fato gerador da obrigação é a atividade que resulta em pagamento do tributo, conforme definido na legislação.	A aplicação dessa interpretação não trouxe impactos materiais nas divulgações ou nos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Pronunciamentos revisados já emitidos e adotados antecipadamente

Em 12 de agosto de 2014, o IASB publicou alterações na IAS 27 - *Consolidated and Separate Financial Statements*, incluindo o método de equivalência patrimonial como umas das opções contábeis para avaliação de investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas nas demonstrações financeiras individuais. Essas alterações serão efetivas para os períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, sendo permitida a adoção antecipada, por parte do IASB. Em dezembro de 2014, o CPC editou e emitiu documento que altera os pronunciamentos técnicos CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto, CPC 35 - Demonstrações Separadas e CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, incorporando no Brasil as alterações introduzidas pelo IASB na IAS 27. A Deliberação CVM 733/14 aprovou essa alteração, aplicável para exercícios encerrados em ou após 31 de dezembro de 2014.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Como o método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais já era adotado no Brasil, essa alteração não produziu efeito nas demonstrações financeiras, eliminando a diferença entre os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC e as IFRS para a preparação das demonstrações financeiras individuais.

Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Melhorias anuais às IFRS: Ciclo 2010-2012	Mudanças à IFRS 2 - Definições de condições de <i>vesting</i> , mercado e performance; IFRS 3 - Descreve mudanças na medição de considerações contingentes; IFRS 8 - Requer divulgações do julgamento da Administração na aplicação do conceito de agregação; IFRS 13 - Mensuração de valores a receber e a pagar de curto prazo; IAS 16 e IAS 38 - reavaliação de ativos e IAS 24 - Divulgação de entidades prestando serviços de gerenciamento.	01/07/2014
Melhorias anuais às IFRS: Ciclo 2012-2014	Mudanças à IFRS 5 - Situações de mantido para venda ou distribuição; IFRS 7 - Clarificação se um contrato de serviço representa envolvimento contínuo em um ativo transferido; IAS 9 Considerações sobre a taxa de desconto do benefício pós-emprego e IAS 34.	01/01/2016
Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou <i>joint venture</i>	Requer reconhecimento no resultado nas demonstrações financeiras do investidor da venda ou contribuição que constitua um negócio (IFRS 3), e reconhecimento parcial no resultado na extensão que não constitui um negócio.	01/01/2016
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Diversas mudanças na classificação e mensuração, principalmente na mensuração de perda de valor recuperável e contabilização de <i>hedge</i> .	01/01/2018
IFRS 15 - Receita de Contrato com Clientes	Implementa um modelo com base em princípios; um guia definido é dado em relação a quando a receita deve ser reconhecida. Introduz também novas divulgações.	01/01/2017
Modificações às IAS 16 e IAS 38 - Clarificação dos métodos aceitáveis de depreciação e amortização	Clarifica que o uso de depreciação e amortização pela curva da receita é inapropriado.	01/01/2016
Melhorias anuais às IFRS: Ciclo 2011-2013	Mudanças à IFRS 1 - Define as versões da IFRS que podem ser usadas na adoção inicial; IFRS 3 - Clarifica que está excluída do escopo a formação de acordo conjunto; IFRS 13 - Clarifica a exceção do parágrafo 52; IAS 40 - Clarifica a inter-relação do IFRS 3 e da IAS 40 em certos casos.	01/07/2014

Não existem outros pronunciamentos e interpretações emitidos e ainda não adotados que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Controladas e base de consolidação

Controladas são todas as entidades que a Via Varejo detém, direta ou indiretamente, controle sobre suas operações. Controle é definido: (i) pelo poder decisório que a Companhia detém sobre as atividades operacionais e financeiras significativas de seus investimentos; (ii) por sua habilidade de utilizar esse poder; e (iii) pela sua exposição aos retornos dessas entidades. As demonstrações financeiras das controladas estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data que o controle foi adquirido. No momento em que ocorre a perda de controle de alguma controlada, a consolidação do investimento é descontinuada. Ganhos ou perdas resultantes, inclusive qualquer montante recebido pela alienação de investimento, são reconhecidos no resultado do exercício no momento da desconsolidação. A parcela do investimento é remensurada a valor justo caso seja retida após a perda de controle, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício. As controladas estão descritas na nota explicativa nº 10.

Coligadas e investimentos apresentados nas demonstrações financeiras individuais

Coligadas são todas as entidades que a Companhia detém, direta ou indiretamente, influência significativa sobre as atividades operacionais e financeiras relevantes, porém não detém controle. Os investimentos em coligadas são ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Os investimentos em coligadas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são, subsequentemente, ajustados pelo percentual de participação da Companhia nos resultados da coligada. O investimento inclui o ágio apurado na aquisição. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia detém investimentos nas coligadas descritas na nota explicativa nº 10.

Investimentos apresentados nas demonstrações financeiras individuais

Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, e permitido pelas IFRS, os investimentos apresentados nas demonstrações financeiras individuais são ajustados pelo método de equivalência patrimonial.

Combinação de negócios

Na data de aquisição, o custo da aquisição é considerado pelo preço de compra, que inclui o valor justo de ativos e passivos assumidos ou incorridos, e incluindo qualquer custo relacionado a pagamento adicional contingente ou diferido. Custos relativos à transação são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O custo de aquisição é alocado aos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos baseados em seus respectivos valores justos, incluindo ativos e passivos que não estavam anteriormente reconhecidos no balanço patrimonial da entidade adquirida, como, por exemplo, ativos intangíveis como marca e contratos vantajosos.

O ágio é gerado quando o custo da aquisição é superior ao valor dos ativos líquidos identificáveis mensurados ao valor justo. Os montantes finais da combinação de negócios são mensurados em até um ano da data da aquisição.

Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos não financeiros devem ser reconhecidos pelo menor valor entre o custo histórico de aquisição e o seu valor recuperável. Caso o valor contábil do ativo não financeiro exceda o valor recuperável, o valor excedente é reconhecido no resultado do exercício. Para os ativos não financeiros de vida útil indefinida, o teste de *impairment* é realizado anualmente. Para os ativos financeiros de vida útil definida, a Companhia anualmente avalia a existência de evidências internas ou externas que os ativos não financeiros estejam reconhecidos por valores maiores que seu valor recuperável. Essas evidências são substancialmente definidas por perda recorrente de rentabilidade nas unidades geradoras de caixa e condições macroeconômicas razoavelmente diferentes da última avaliação de recuperação realizada, entre outras.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso do ativo ou o seu valor justo menos o custo de venda. Na mensuração do valor em uso, os fluxos de caixa estimados são descontados para o seu valor presente utilizando uma taxa de desconto, que reflete o custo de capital da Companhia, adicionada a riscos específicos dos ativos sendo testados, se aplicável.

Anualmente, as perdas para reconhecimento de ativos não financeiros ao valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores, exceto ágio, são avaliadas para uma possível reversão.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Reconhecimento de receita

A Companhia comercializa produtos eletroeletrônicos, eletrodomésticos, móveis, telefonia e outros itens domésticos. Adicionalmente, também oferece serviços, tais como intermediação na venda de garantias estendidas, serviços de instalação de equipamentos, serviços financeiros como crediário e cartões de crédito *co-branded*, e serviços de *call center* através de CBCC (informações sobre a alienação de CBCC na nota explicativa nº 10 (iv)). As receitas obtidas na manufatura de móveis através da controlada Bartira são substancialmente destinadas às operações de Via Varejo e, conseqüentemente, eliminadas no processo de consolidação das demonstrações financeiras.

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A Companhia e suas controladas também devem deixar de ter o controle ou a responsabilidade pelas mercadorias vendidas, bem como os benefícios econômicos gerados para a Companhia e suas controladas através da venda de produtos. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

As devoluções e cancelamentos são reconhecidos por estimativas, baseadas nos volumes de vendas e histórico de devoluções, mensalmente. A receita é contabilizada líquida das devoluções e cancelamentos. A política da Companhia é de não aceitar devoluções imotivadas, exceto aquelas previstas no Código Comercial. As devoluções geralmente não representam perdas relevantes para a Companhia, pois são reembolsadas pelas garantias dos fabricantes, ou pelos programas de garantia estendida.

Para as operações de intermediação na venda de seguros ou garantia estendida, a Companhia não retém os riscos atrelados nos sinistros ocorridos, não assume o risco de crédito da operação e não é a responsável primária no atendimento às obrigações das apólices vendidas. As receitas de comissão resultantes da remuneração da Companhia pela intermediação na venda de apólices de seguros ou garantia estendida são apresentadas líquidas dos respectivos custos e reconhecidas no resultado quando os serviços de intermediação são prestados.

Como a atividade de financiamento ao consumidor é fundamental para a condução dos negócios da Companhia, a receita financeira dessa operação é contabilizada como receita operacional ao longo do prazo determinado para cada transação realizada, utilizando-se a taxa efetiva de juros que desconta exatamente os recebimentos futuros contratados.

Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos ou passivos são mensurados pelo valor estimado a ser compensado ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para o cálculo do imposto são aquelas em vigor nas datas dos balanços.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados e reconhecidos por diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis e sobre prejuízos fiscais. Créditos e prejuízos fiscais não utilizados são reconhecidos à medida que há uma estimativa razoável de lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a sua realização. O imposto de renda e a contribuição social diferidos não são reconhecidos para ativos e passivos cuja realização futura não seja tributável.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido, quando aplicável, por provisão, na medida em que deixe de ser provável que haverá lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a sua realização.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados de acordo com as alíquotas vigentes e aplicadas no período em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a alíquota em vigor é de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais, bem como se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.

Tributos indiretos

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), ao Imposto Sobre Serviços ("ISS"), calculados com base nas alíquotas vigentes em cada Estado e Município, respectivamente, e à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"). As receitas de vendas são apresentadas líquidas desses tributos na demonstração do resultado do exercício.

Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas são preparadas pelo método indireto. Pagamentos por controladas adquiridas ou alienadas são reportados como fluxos de caixa utilizados ou gerados pelas atividades de investimento, líquidos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos ou alienados, respectivamente.

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerários em espécie, numerários mantidos em contas bancárias e investimentos de curto prazo que são altamente líquidos, e com vencimentos não superior a três meses da data de aquisição.

Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos a qual é parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato a qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantém apenas ativos financeiros classificados como "empréstimos e recebíveis" e ativos e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado nas rubricas "Contas a receber", "Partes relacionadas" e "Empréstimos e financiamentos".

Os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado são mensurados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial pela taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro".

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo.

A Companhia avalia mensalmente as estimativas por perda pelo não recebimento de ativos financeiros. Uma estimativa por perda é reconhecida quando há evidências objetivas que a Companhia não conseguirá receber todos os montantes a vencer ou vencidos. Para estimar a eventual perda, a Companhia considera o histórico de perdas, as informações estatísticas históricas, o *aging* dos valores a receber e a avaliação da probabilidade de deterioração adicional dos valores a receber, levando em consideração fatores macroeconômicos e de mercado. Quando o recebimento das contas a receber é improvável, o seu valor contábil e a respectiva estimativa de perda são reconhecidos no resultado do exercício. Recuperações subsequentes são reconhecidas, quando incorridas, na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração de resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía uma operação de *swap* classificada como *hedge* de valor justo, cujo objetivo era proteger os resultados da Companhia da exposição cambial (dólares norte-americanos) e das taxas de juros variáveis. Esse contrato foi encerrado em 13 de fevereiro de 2014 e um ganho de R\$1 (R\$2 em 31 de dezembro de 2013), reconhecido como "Resultado financeiro" na demonstração de resultado do exercício. A Companhia não contratou instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2014.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Estoques

Os estoques estão mensurados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o seu valor de realização, computados pelo custo ponderado médio, que inclui os custos de armazenamento das mercadorias em estoque e verbas de bonificações recebidas de fornecedores. O valor líquido de realização é calculado pelo preço médio de venda, deduzido de: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente a venda; (iii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável através de estimativas de perda por roubo, furto, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, incluindo produtos de mostruário.

As bonificações recebidas de fornecedores compreendem acordos por volume de compras, prestação de serviços de logística e negociações pontuais para recomposição de margem ou acordos de *marketing*, entre outros. As bonificações são registradas ao resultado à medida que os correspondentes estoques são vendidos. Quando aplicável, o valor das bonificações a receber é registrado como redutor do saldo de fornecedores, desde que os acordos com os fornecedores permitem a liquidação do saldo ao fornecedor pelo montante líquido.

Ativos circulantes mantidos para venda

Ativos são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que a Companhia irá aliená-los dentro de um ano da data de sua classificação e desde que estejam em condições de venda. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo deduzido das despesas de venda. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia apresenta como ativos disponíveis para venda os ativos não financeiros relacionados ao cumprimento do TCD estabelecido com o CADE, conforme descrito na nota explicativa nº 1 (a).

Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia é reconhecido e mensurado pelo seu custo histórico. A depreciação é calculada utilizando o método linear com base na vida útil econômica das respectivas classes de ativos. Os itens de ativo imobilizado são reconhecidos pelos seus componentes significativos e tratados como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específica. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os seus critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Itens do imobilizado e seus componentes são baixados na sua alienação, ou quando não há expectativa que benefícios econômicos futuros sejam gerados pelo seu uso ou venda. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais". O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2014, não houve alterações nos valores residuais e na vida útil das classes de ativo imobilizado. As vidas úteis médias para cada classe de ativo são assim determinadas:

Categoria de ativos	Vida útil média estimada em anos
Edifícios	40
Benfeitorias em imóveis de terceiros	18
Móveis e utensílios	12
Equipamentos de informática	5
Instalações	12
Veículos	4
Máquinas e equipamentos	11

Intangível

Compreendem basicamente os ativos intangíveis da Companhia, o ágio gerado na aquisição de controladas, marcas, contratos vantajosos adquiridos por combinação de negócios, fundos de comércio, *softwares* desenvolvidos internamente e adquiridos de terceiros e direitos readquiridos para exploração de venda de garantia estendida. No reconhecimento inicial os intangíveis são mensurados a valor justo. O ágio gerado pela aquisição de controladas e as marcas não são amortizados, em virtude da perpetuidade e/ou fluxo positivo de recursos que a controlada adquirida gerará para os negócios. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. As respectivas vidas úteis são revistas anualmente e ajustadas prospectivamente, quando aplicável.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Os intangíveis gerados internamente, com a exceção para os gastos com desenvolvimento de *software*, são refletidos no resultado do exercício, quando incorridos. Anualmente ou sempre que novas circunstâncias trouxerem dúvidas sobre a sua recuperação, os ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos a testes de recuperação.

Em 31 de dezembro de 2014, não houve alterações nos valores residuais e na vida útil estimada das classes de ativo intangível e estão assim determinadas:

Intangível	Vida útil média estimada em anos
Fundo de comércio	5
Direitos contratuais	6
<i>Software</i> e licenças	5
Contrato vantajoso	7

Arrendamento mercantil

A Companhia arrenda equipamentos e espaços, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam entre 5 e 20 anos.

Os contratos de espaços podem ser renovados de acordo com a Lei do Inquilinato nº 8.245/91 e possuem cláusulas de reajuste periódico do valor do aluguel, conforme índices de inflação negociados entre as partes.

Arrendamentos mercantis são reconhecidos como financeiros quando os riscos e benefícios da propriedade do ativo arrendado são substancialmente transferidos para a Companhia, caso contrário são classificados como operacionais.

Arrendamentos mercantis financeiros são capitalizados pelo seu valor justo na data de aquisição, ou se menor, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, ambos calculados na data de assinatura do contrato. Os arrendamentos mercantis financeiros são depreciados pelo menor entre sua vida útil econômica e o prazo do contrato. A correspondente obrigação assumida pela Companhia referente ao bem arrendado é incluída no balanço patrimonial como um passivo. Pagamentos realizados são divididos entre pagamentos do principal da dívida de arrendamento mercantil financeiro reconhecida no passivo, e despesas financeiras reconhecidas na demonstração de resultado do exercício. Despesas financeiras são reconhecidas na demonstração de resultado do exercício pelo período remanescente do contrato, com base no valor em aberto do passivo de arrendamento mercantil financeiro, utilizando-se o método de reconhecimento de juros pela fluência do prazo.

Pagamentos de arrendamentos mercantis operacionais e benefícios recebidos ou a receber como incentivo para a contratação do arrendamento mercantil operacional são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício linearmente conforme o seu prazo contratual.

Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Nas hipóteses em que a Companhia tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente quando é praticamente certo. Para os casos de honorários sobre êxito, a Companhia tem como política o provisionamento no momento em que os honorários são incorridos, ou seja, quando do julgamento em definitivo das causas, sendo divulgados nas notas explicativas os percentuais e montantes envolvidos para as causas ainda não finalizadas.

Receitas diferidas

As receitas diferidas decorrentes da antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de determinados serviços são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício em cumprimento das *performances* contidas nos respectivos contratos.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no Estatuto Social. Os eventuais valores que excederem o valor mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são deliberados e aprovados pelos administradores ou pelos acionistas da Companhia.

Pagamento baseado em ações

Em troca de serviços prestados por um determinado período de tempo, os diretores e diretores executivos da Companhia e de suas coligadas podem receber remuneração que são parcialmente pagas em ações ("operações liquidadas com ações").

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício ao longo do período no qual as condições de *performance* e/ou prestação de serviços são satisfeitas ("condições para o exercício"), com um correspondente aumento no patrimônio líquido da Companhia. Em cada data-base, a Companhia reavalia a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão entregues, excluindo quaisquer instrumentos que tenham sido expirados e não exercidos. A despesa ou receita referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício.

Quando uma operação liquidada com ações é modificada, a despesa adicionada é reconhecida pelo período remanescente em que as condições para o exercício são atendidas. No caso do cancelamento de uma operação liquidada com ações, este é classificado como se fosse integralmente adquirido pelo beneficiário, sendo as despesas remanescentes não reconhecidas referentes à operação liquidada com ações registradas integralmente na demonstração de resultado do exercício.

Lucro por ação

A Companhia apresenta dois métodos de cálculo do lucro por ação: (i) lucro básico; e (ii) lucro diluído. O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria. O lucro diluído leva em consideração, o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício e os instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia que possivelmente podem diluir a participação de seus acionistas em exercícios futuros, tais como as opções de ações.

Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração realize julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores nela demonstrados. Para isso são utilizadas as melhores e mais atualizadas informações disponíveis no momento de sua preparação, porém, pelas incertezas envolvidas em avaliações desse tipo, as premissas e estimativas utilizadas podem se materializar diferentemente do previsto gerando resultados que exijam ajustes substanciais no valor contábil dos ativos ou passivos em exercícios futuros. Seguem os principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, que se alteradas, podem gerar um efeito significativo na posição patrimonial e resultados divulgados:

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Estimativas e premissas contábeis críticas

Estimativa de perda nos saldos de ágio por aquisição de investimentos em controladas

Conforme prática contábil descrita na nota explicativa nº 2, a Companhia testa anualmente se o valor contábil do ágio por aquisição de investimentos em controladas deve ser ajustado para trazê-lo ao seu valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantém um valor de ágio gerado na aquisição da Bartira, realizada em 2013. Para a determinação do valor recuperável, duas principais premissas foram utilizadas na elaboração do teste: (i) taxa de crescimento dos resultados projetados de 6,7% ao ano; e (ii) taxa de desconto representativa ao custo de capital da Companhia de 11,4% ao ano. Essa análise não indicou a necessidade de provisão para realização desse ativo. Informações adicionais sobre a elaboração do teste estão apresentadas explicativa nº 12 (h).

Estimativa de perda no investimento em coligadas

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia detém participação direta de 43,9% na Nova Pontocom e 2,2% na Marneylectro. A atividade operacional de ambas as empresas é investir direta ou indiretamente em Cnova, que possui suas ações negociadas na *New York Stock Exchange* ("NYSE"). Para avaliar o valor recuperável do investimento em Nova Pontocom e Marneylectro, a Companhia utilizou como referência o valor de mercado das ações de Cnova, negociadas no último dia útil de dezembro de 2014.

Caso o valor de mercado das ações de Cnova tivessem uma movimentação inferior a 10% quando comparada à cotação da ação utilizada no teste de recuperação, não haveria a necessidade do reconhecimento de uma perda por não recuperação em 31 de dezembro de 2014. Informações adicionais na nota explicativa nº 10.

Julgamentos críticos

Expectativa de realização do ICMS a recuperar

A expectativa de realização do ICMS a recuperar não considera a geração de créditos futuros e é baseada na projeção de resultados e crescimento, gestão operacional e geração de débitos para consumo desses créditos. Não houve eventos ou circunstâncias no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 que indicassem a necessidade de modificação da expectativa de realização futura do ICMS.

Estimativa de perda para o valor recuperável dos estoques

A Companhia reconhece seus estoques pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor recuperável líquido. O valor recuperável líquido representa o preço estimado de venda menos os custos estimados e diretamente atribuíveis para trazer a mercadoria em condições de venda. O valor recuperável inclui provisões para giro lento de mercadorias, margem negativa e quebras de estoque por roubo, furto e sucateamento. O cálculo dessas estimativas requer julgamentos que incluem uma análise da perda histórica, estimativa do preço de venda médio e estimativa dos custos atribuíveis ao produto para trazê-lo em condições de venda.

Provisão para demandas judiciais tributárias, trabalhistas e cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos judiciais e administrativos tributários, trabalhistas e cíveis, sendo as provisões para demandas judiciais constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável. Essa análise de probabilidade é realizada pela Companhia com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo Departamento Jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e os valores envolvidos.

Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia possui saldos a receber de vendas efetuadas por meio de carnês, cuja estimativa de perda sobre esta carteira é efetuada de acordo com um percentual esperado, que é obtido através da observação do comportamento das carteiras nos últimos meses e atualizado a cada fechamento contábil.

Expectativa de realização de Imposto de renda diferido

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os créditos tributários possam ser compensados.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, de acordo com o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

Investimento na coligada FIC

A Administração avaliou o nível de influência que a Via Varejo possui sobre as atividades operacionais e financeiras de FIC e concluiu que detém influência significativa, sendo, portanto, classificada como coligada, mesmo sendo detentora de uma participação sobre o capital votante do investimento menor que 20% (2014 e 2013 – 14,2%). A Via Varejo possui assento no Conselho de Administração da coligada e a FIC suporta o financiamento de parte das vendas efetuadas pela Companhia.

4. Gerenciamento de riscos financeiros

As operações de tesouraria da Companhia são regularmente reportadas para o Comitê Financeiro do Conselho de Administração e, se necessário, diretamente para o Conselho de Administração, o qual aprova as políticas que devem ser seguidas pelo Departamento de Tesouraria da Companhia. O risco mais significativo a que a Companhia está exposta está relacionado aos riscos de mercado, decorrente dos movimentos de taxas básicas de juros, riscos de liquidez e de crédito. A Companhia monitora tais riscos e os respectivos impactos nas projeções financeiras. Em 31 de dezembro de 2014, não há operações com instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado - taxa básica de juros

A Companhia e suas controladas obtêm empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras para fazer frente à necessidade de caixa para investimento e financiamento dos nossos clientes. Os empréstimos e financiamentos são captados com taxas pré e pós-fixadas. Dessa forma, a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de flutuação relevante na taxa de juros pelas dívidas contraídas referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). O saldo de aplicações financeiras, também referenciadas pelo CDI, neutralizam parcialmente esse risco.

Para mensurar esse impacto, foi elaborada uma análise de sensibilidade para a exposição da Companhia ao risco de taxa de juros, considerando três cenários. O primeiro cenário, a curva futura de taxa de juros se mantém estável com as taxas de juros anuais (CDI) praticadas em 31 de dezembro de 2014 de 11,6% ao ano (9,8% ao ano em 31 de dezembro 2013). Para o segundo e terceiro cenários, projetou-se a taxa de juros com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente.

Operações	Consolidado - 31 de dezembro de 2014		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Empréstimos bancários	(3.154)	(3.162)	(3.170)
Debêntures	(652)	(659)	(666)
Caixa e equivalentes de caixa	4.972	5.112	5.252
Exposição líquida total	1.166	1.291	1.416
Impacto líquido comparado com o cenário I		(125)	(250)

Riscos de liquidez

É política da Companhia manter aplicações financeiras, empréstimos e linhas de crédito suficientes para atender às necessidades de caixa no curto e longo prazos. A Companhia regularmente monitora as previsões de caixa que incluem, nos respectivos vencimentos, as liquidações de ativos e passivos financeiros contratados. É prática do Departamento de Tesouraria da Companhia manter níveis de linhas de crédito suficientes para atender às necessidades previstas de capital de giro. Regularmente são realizadas análises de sensibilidade para avaliar o impacto na posição de liquidez da Companhia, caso as linhas de crédito atualmente existente não sejam renovadas.

A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros mantidos pela Companhia e por suas controladas. A tabela inclui principal e juros calculados até o vencimento dos passivos financeiros. Dessa forma, os saldos nela apresentados não conferem com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	31.12.2014							
	Controladora				Consolidado			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	2.899	248	-	3.147	2.906	248	-	3.154
Debêntures	652	-	-	652	652	-	-	652
Arrendamento mercantil financeiro	17	70	54	141	17	70	54	141
	3.568	318	54	3.940	3.575	318	54	3.947

	31.12.2013							
	Controladora				Consolidado			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	2.936	253	11	3.200	2.946	261	11	3.218
Debêntures	286	649	-	935	286	649	-	935
Instrumentos financeiros derivativos	(13)	-	-	(13)	(13)	-	-	(13)
Arrendamento mercantil financeiro	40	62	25	127	40	62	25	127
	3.249	964	36	4.249	3.259	972	36	4.267

Riscos de crédito

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito para caixa e equivalentes de caixa mantidos com instituições financeiras e na posição das contas a receber geradas nas transações comerciais, bem como em transações não recorrentes, tais como venda de ativo não financeiro.

Para os saldos de caixa e equivalentes de caixa, a fim de minimizar o risco de crédito, a Companhia adota políticas que restringem o relacionamento bancário em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê Financeiro do Conselho de Administração. Essa política também estabelece limites monetários e concentração de riscos, que são regularmente atualizados.

Para os saldos das contas a receber, o risco de crédito é mitigado pelo fato que grande parte das vendas da Companhia é realizada utilizando como meio de pagamento o cartão de crédito, que são substancialmente securitizadas com as administradoras de cartões de crédito. As vendas financiadas pelo Crédito Direto ao Consumidor com Intervenção ("CDCI") são vendas realizadas através de acordos operacionais com os bancos Bradesco, Safra e Banco do Brasil para a concessão de financiamentos CDCI aos nossos clientes, por meio de intervenção com as respectivas instituições financeiras. Para essa operação, a Companhia detém o risco de crédito da operação e adota procedimentos criteriosos na concessão de crédito.

As estimativas de perda por não recuperação são avaliadas conforme as práticas contábeis descritas na seção Instrumentos Financeiros (na nota explicativa nº 2), e os saldos dessa estimativa apresentados em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são suficientes para cobrir as perdas estimadas da carteira de valores a receber.

Gerenciamento de capital

O objetivo da Administração da Companhia é assegurar manutenção adequada de classificação de crédito elevada e uma proporção de capital de terceiros bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor detido pelo acionista. A Companhia administra a estrutura de capital e monitora a posição financeira, considerando as mudanças nas condições econômicas.

A Companhia e suas controladas não estão sujeitas a nenhum requerimento externo sobre o capital, exceto para o atendimento de obrigações contratuais relacionadas à emissão de debêntures (vide nota explicativa nº 13 (f)). Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia apresenta uma sólida estrutura de capital, com uma baixa alavancagem financeira. A seguir os índices monitorados pela Administração da Companhia regularmente, sendo o Caixa líquido/ Patrimônio líquido e o Caixa líquido com CDCI/ Patrimônio líquido.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Consolidado			
	31.12.2014		31.12.2013	
	Com CDCI	Sem CDCI	Com CDCI	Sem CDCI
Caixa e equivalentes de caixa	4.448	4.448	3.509	3.509
Empréstimos e financiamentos	(3.706)	(830)	(3.963)	(1.095)
Caixa (dívida) líquido	742	3.618	(454)	2.414
Patrimônio líquido	4.715	4.715	3.951	3.951
Índice de endividamento líquido	0,16	0,77	(0,11)	0,61

Mensurações do valor justo

Os instrumentos financeiros da Companhia não são negociados em mercados organizados e serão mantidos até o seu vencimento. Seus fluxos de caixa descontados a valor presente não diferem relevantemente do seu respectivo valor contábil. Dessa forma, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os valores justos dos ativos e passivos financeiros aproximam-se dos seus valores contabilizados.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Caixa e contas bancárias		187	110	188	112
Aplicações financeiras compromissadas	100,47% a 102,45% do CDI a.a.	4.221	3.354	4.251	3.382
Aplicações financeiras automáticas (a)	20,00% do CDI a.a.	9	14	9	15
		4.417	3.478	4.448	3.509

(a) Referem-se a recursos disponíveis em conta corrente, nos quais há uma rentabilidade diária atrelada à taxa do CDI, sendo seu resgate no primeiro dia útil seguinte ao da aplicação (D+1).

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Administradoras de cartões de crédito (a)	29	68	29	68
Financiamento ao consumidor - CDCI, líquido do ajuste a valor presente (b)	2.381	2.373	2.381	2.373
Estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa	(235)	(215)	(235)	(215)
Outras contas a receber de clientes	268	25	268	25
	2.443	2.251	2.443	2.251
Circulante	2.338	2.136	2.338	2.136
Não circulante	105	115	105	115

(a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia vendeu recebíveis de operadoras de cartão de crédito diretamente a operadoras ou bancos, sem qualquer direito de regresso ou obrigação relacionada.

(b) Corresponde aos financiamentos por CDCI que podem ser parcelados em até 24 meses; entretanto, o prazo mais utilizado é inferior a 12 meses. A Companhia mantém contratos com instituições financeiras nos quais é designada como interveniente dessas operações (conforme nota explicativa nº 13).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Movimentação da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Saldo no início do exercício	(215)	-	(215)	(197)
Incorporação	-	(178)	-	-
Estimativa registrada no exercício	(466)	(442)	(466)	(468)
Baixas de contas a receber	446	405	446	409
Desconsolidação de Nova Pontocom	-	-	-	41
Saldo no fim do exercício	(235)	(215)	(235)	(215)
Circulante	(225)	(204)	(225)	(204)
Não circulante	(10)	(11)	(10)	(11)

Composição por período de vencimento das contas a receber, bruta de estimativas para perdas com créditos de liquidação duvidosa

	Total	Aging das contas a receber – Controladora e Consolidado				
		A vencer	<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
31 de dezembro de 2014	2.678	2.446	115	45	31	41
31 de dezembro de 2013	2.466	2.243	109	44	30	40

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Lojas	1.419	1.197	1.419	1.197
Centrais de distribuição	1.540	1.084	1.583	1.142
Almoxarifado	14	13	14	13
Estimativa de perda para o valor realizável líquido	(32)	(16)	(32)	(16)
	2.941	2.278	2.984	2.336

Movimentação das estimativas de perda para redução do custo ao valor realizável líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Saldo no início do exercício	(16)	(9)	(16)	(34)
Incorporação	-	(13)	-	-
Adições	(68)	(7)	(68)	(8)
Baixas	52	13	52	16
Desconsolidação	-	-	-	10
Saldo no fim do exercício	(32)	(16)	(32)	(16)

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
ICMS a recuperar	1.567	1.281	1.567	1.282
INSS a recuperar	57	31	56	31
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	19	16	22	20
Outros	26	13	34	22
	1.669	1.341	1.679	1.355
Circulante	477	567	486	579
Não circulante	1.192	774	1.193	776

Desde o ano 2008, os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas com vistas à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Referida sistemática implica a antecipação do recolhimento do ICMS devido em toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou na sua entrada no Estado. A instituição dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo baseia-se na premissa de que o ciclo de comercialização desses produtos se findará dentro do próprio Estado, de modo que o ICMS é integralmente a ele devido.

Ocorre que, para abastecimento de suas lojas, a Companhia mantém centros de distribuição localizados estrategicamente em determinados Estados e no Distrito Federal, os quais recebem mercadorias com o ICMS de toda a cadeia comercial já antecipado (por força da substituição tributária) pelos fornecedores ou pela própria Companhia e, então, as mercadorias são enviadas para estabelecimentos localizados em outros Estados. Essa remessa interestadual faz surgir para a Companhia o direito ao ressarcimento do ICMS anteriormente antecipado, ou seja, o ICMS da cadeia comercial pago na aquisição se transforma em crédito de imposto a ser ressarcido, nos termos da legislação interna de cada Unidade da Federação.

O processo de ressarcimento requer a comprovação, através de documentos fiscais e arquivos digitais, referentes às operações realizadas que geraram para Companhia o direito ao ressarcimento. Apenas após sua homologação prévia pelo Fisco Estadual e/ou o cumprimento de obrigações acessórias específicas que visam tal comprovação é que os créditos podem ser utilizados pela Companhia, o que ocorre em períodos subsequentes ao da sua geração.

Tendo em vista que o número de itens comercializados no varejo, sujeitos à substituição tributária, tem sido constantemente ampliado, também tem aumentado o crédito de imposto a ser ressarcido pela Companhia.

A Companhia vem realizando tais créditos com a autorização para compensação imediata com aqueles devidos em virtude de sua operação, pela obtenção de regime especial e também pela obediência de outros procedimentos contidos em normativos estaduais.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de viabilidade, baseado na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados foram preparados com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia toma créditos extemporâneos de tributos, todas as vezes que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo reconhecido como redutor de "Custo de mercadorias e serviços vendidos" no resultado do exercício. Em 2014, houve um montante oriundo de créditos de ICMS não utilizados por empresas associadas de R\$302, cujos elementos que sustentam o registro e sua utilização foram obtidos durante o quarto trimestre de 2014.

A expectativa de realização total de ICMS a recuperar ocorrerá conforme indicado a seguir:

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Em 31 de dezembro de 2014	Controladora	Consolidado
2015	430	433
2016	436	436
2017	420	420
2018	284	284
2019	10	10
2020	6	6
	<u>1.586</u>	<u>1.589</u>

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

9. Partes relacionadas

	Ativo (Passivo)				Receita (Despesa)			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Companhia Brasileira de Distribuição (b), (c), (d), (e)	304	340	305	343	44	13	41	10
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. (d)	86	1	88	5	31	-	44	11
Financeira Itaú CBD S.A. (a)	8	12	8	12	(24)	(20)	(24)	(20)
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (b), (d)	(14)	(9)	-	-	(663)	(682)	-	(436)
Casa Bahia Contact Center Ltda.	-	(2)	-	-	(49)	(50)	-	-
Globex Administração e Serviços Ltda. (b), (d)	(50)	(45)	-	-	(8)	(8)	-	-
Pontocred Negócios de Varejo Ltda. (b), (d)	10	8	-	-	1	-	-	-
Ponto Frio Adm. e Importação de Bens Ltda. (b), (d)	-	(12)	-	-	(2)	(1)	-	-
Banco Investcred Unibanco S.A.	-	(14)	-	(14)	-	-	-	-
Casa Bahia Comercial Ltda. (e)	232	110	237	111	(259)	(224)	(264)	(224)
Sabara S.A.	-	3	-	-	-	-	-	-
Habile Segurança e Vigilância Ltda.	-	-	-	-	-	(7)	-	(7)
Viaw Consultoria Ltda. (f)	-	-	-	-	(3)	(1)	(3)	(1)
Novasoc Comercial Ltda. (b)	13	26	13	26	3	3	3	3
	589	418	651	483	(929)	(977)	(203)	(664)
Ativo - partes relacionadas:								
Circulante	340	231	330	231				
Não circulante	390	315	391	306				
Passivo - partes relacionadas:								
Circulante	91	67	70	54				
Não circulante	50	61	-	-				

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, não houve a necessidade de constituição de estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa envolvendo operações com partes relacionadas.

As operações com partes relacionadas apresentadas nos quadros anteriores são resultado, principalmente, de operações que a Companhia, seus principais acionistas e suas controladas mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, os termos e as condições acordadas entre as partes, sendo as principais:

(a) Operações com a FIC de crédito, financiamento e investimento

A FIC atua como uma operadora de cartão de crédito, emitindo cartões e financiando compras de nossos clientes. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de cartões de crédito a receber da FIC era de R\$7 (R\$14 em 31 de dezembro de 2013). Esses saldos estão registrados na nota explicativa nº 6, em “Administradores de cartão de crédito”.

A FIC realiza também operações de compra de recebíveis de cartão de crédito. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia vendeu R\$711 em recebíveis de cartão de crédito para a FIC (R\$624 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013), resultando em uma despesa financeira de R\$32 (R\$21 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013).

(b) Contratos de mútuos com a controladora, controladas e coligadas

Os contratos de mútuos são atualizados monetariamente pelas taxas médias a seguir:

	% do CDI	
	31.12.2014	31.12.2013
Companhia Brasileira de Distribuição	109,3%	109,3%
Novasoc Comercial Ltda.	109,3%	109,3%
Globex Administração e Serviços Ltda.	103,7%	102,5%
Ponto Frio Adm. e Importação de Bens Ltda.	-	103,9%
Pontocred Negócios de Varejo Ltda.	105,0%	105,0%
Indústria de Móveis Bartira Ltda.	105,0%	-

(c) Operações com a controladora CBD

A controladora CBD é fiadora da Companhia em determinados contratos de financiamento e aluguel além do reembolso de despesas com pessoal, operação de mútuo e aluguel.

(d) Operações de aluguéis, prestação de serviço, compras e vendas de mercadorias

A Companhia realizou operações de aluguel e prestação de serviços com CBD, PCRE, PFAB, GAS e Nova Pontocom, em condições acordadas entre as partes. A Companhia também efetuou operações de compras e vendas de mercadorias com a Bartira e realiza a intermediação da negociação de compra de mercadorias para CBD e Nova Pontocom.

A CBCC presta serviços de teleatendimento para a Via Varejo e Nova Pontocom, sendo a despesa de Via Varejo eliminada na apresentação da informação contábil consolidada até a data da transferência do controle conforme nota explicativa nº 10 (iv).

(e) Primeiro aditivo ao acordo de associação Via Varejo, CBD e CB

A Companhia possui valores a receber referente ao “Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação” entre Via Varejo, CBD e CB, que garante à Via Varejo o direito de indenização por CBD e CB, de certas demandas judiciais e reembolso de despesas reconhecidos a partir de 30 de junho de 2010, que eram de responsabilidade dos antigos controladores das operações adquiridas.

O saldo da rubrica “Contas a receber” é liquidado pelas partes tempestivamente e o saldo em aberto refere-se substancialmente a reembolso de despesas ou contingências apuradas no exercício.

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada Bartira têm contratos de aluguéis de 312 imóveis entre centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos estabelecidos em condições específicas com acionistas da Companhia, administradores da CB e empresas do mesmo grupo.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

f) Serviços de consultoria

A Companhia contratou a Viaw Consultoria Ltda. para prestação de serviços de consultoria empresarial e na área de tecnologia. O sócio da empresa contratada é membro do Conselho de Administração da Companhia.

g) Outras transações com partes relacionadas

Vide notas explicativas nº 1 e nº 10 sobre outras transações que envolveram o controlador CBD e outras empresas coligadas e controladas.

Remuneração da Administração e Conselho Fiscal

As despesas relativas à remuneração total do pessoal da alta administração (Diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração) e do Conselho Fiscal, registradas na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foram as seguintes:

31.12.2014			
	Benefícios de curto prazo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	2	-	2
Conselho Fiscal	1	-	1
Diretoria	21	4	25
	24	4	28
31.12.2013			
	Benefícios de curto prazo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho Fiscal	1	-	1
Diretoria	38	1	39
	39	1	40

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

10. Investimentos

	Controladora									
	GAC	GAS	Nova Pontocom	NCB	Lake	Bartira	CBCC	Marneylectro	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	10	58	41	1.611	97	-	-	-	20	1.837
Variação cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Recebimentos de dividendos	-	-	-	-	(4)	-	-	-	-	(4)
Reestruturação societária	-	-	-	(1.611)	-	26	11	-	-	(1.574)
Equivalência patrimonial	1	3	(14)	-	14	(10)	(2)	-	10	2
Valor justo (i)	-	-	543	-	-	-	-	-	-	543
Alteração na participação acionária	-	-	(3)	-	-	80	-	-	-	77
Mais-valia dos ativos líquidos	-	-	-	-	-	604	-	-	-	604
Transferência para passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	11	61	567	-	107	700	9	-	30	1.485
Variação cambial	-	-	4	-	-	-	-	-	(1)	3
Adição (iii)	-	-	-	-	-	-	-	5	-	5
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(5)	-	-	-	-	(5)
Equivalência patrimonial	1	6	(29)	-	32	(10)	(5)	-	-	(5)
Reorganização societária e oferta de ações de Cnova (ii)	-	-	131	-	-	-	-	-	-	131
Alienação de investimento (iv)	-	-	-	-	-	-	(4)	-	-	(4)
Incorporação de controladas (v)	-	-	-	-	-	-	-	-	(35)	(35)
Stock option	-	-	4	-	-	-	-	-	-	4
Saldo em 31 de dezembro de 2014	12	67	677	-	134	690	-	5	(6)	1.579

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Consolidado				
	BINV	FIC	Nova Pontocom	Marneylectro	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	19	74	-	-	93
Distribuição de dividendos	-	(5)	-	-	(5)
Desconsolidação	-	-	23	-	23
Valor justo	-	-	543	-	543
Equivalência patrimonial	-	14	1	-	15
Saldo em 31 de dezembro de 2013	19	83	567	-	669
Variação cambial	-	-	4	-	4
Adição (iii)	-	-	-	5	5
Distribuição de dividendos	-	(7)	-	-	(7)
Equivalência no resultado	1	31	(29)	-	3
Reorganização societária (ii)	-	-	131	-	131
<i>Stock option</i>	-	-	4	-	4
Saldo em 31 de dezembro de 2014	20	107	677	5	809

Nova Pontocom

A Nova Pontocom é uma entidade que investe substancialmente em empresas de varejo de comércio eletrônico. Com a sua participação direta em Nova Pontocom, a Companhia detém assentos no Conselho de Administração da Cnova, a qual exerce influência significativa. Em 31 de dezembro de 2014, o valor justo do investimento da Companhia em Nova Pontocom, calculado utilizando como referência o preço de mercado das ações de Cnova negociados na NASDAQ, em 31 de dezembro de 2014 é de R\$816 (preço de mercado da ação em 31 de dezembro de 2014 de US\$7,91). O valor contábil do investimento é R\$677.

(i) Venda de participação acionária

A Companhia celebrou a venda de 6,2% das ações do capital social de Nova Pontocom à sua controladora CBD, alterando a participação no capital social de Nova Pontocom detido pela Via Varejo de 50,1% para 43,9%. Sendo assim, a Via Varejo transferiu o controle de Nova Pontocom para sua controladora CBD.

A consideração recebida pela alienação da participação foi de R\$80, resultando em um ganho na alienação de R\$71, reconhecidos no resultado do exercício de 2013. A Companhia também reconheceu um ganho na remensuração a valor justo da parcela retida pela Via Varejo após a perda de controle no valor R\$543 (R\$358 líquido de imposto de renda) reconhecidos no exercício de 2013.

Do valor justo do investimento em Nova Pontocom, R\$30 foi alocado como relacionamento de clientes detidos pela Nova Pontocom. Este ativo será amortizado em 7 anos.

O resultado de Nova Pontocom em 2013 está apresentado na demonstração do resultado consolidado na rubrica "Lucro do exercício de operações descontinuadas".

Demonstração do resultado detalhada de Nova Pontocom:

	30.09.2013
Receita operacional líquida	2.881
Custo das mercadorias vendidas	(2.449)
Lucro bruto	432
Despesas operacionais	(385)
Resultado financeiro, líquido	(91)
Prejuízo antes dos tributos	(44)
Imposto de renda e contribuição social	14
Prejuízo do exercício com operações descontinuadas	(30)
Prejuízo atribuível a:	
Controladores da Companhia	(15)
Acionistas não controladores	(15)

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Fluxo de caixa resumido de Nova Pontocom:

	30.09.2013
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	69
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(50)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(104)
	<u>(85)</u>

(ii) Reorganização societária

A reorganização societária envolvendo Nova Pontocom, Cnova e Cdiscount, bem como a abertura de capital, gerou os seguintes impactos no patrimônio líquido da Companhia:

	31.12.2014
Reorganização societária e recursos obtidos da oferta de ações de Cnova, líquido dos custos de transação (a)	74
Reconhecimento reflexo de mutações no patrimônio de Nova Pontocom (b)	57
Valor do efeito no patrimônio líquido na Companhia via equivalência na Nova Pontocom	131
Reorganização societária em Marneylectro	(91)
Valor do efeito total no patrimônio líquido na Companhia	40

- (a) Em 4 de junho de 2014, os Conselhos de Administração da Companhia e da CBD aprovaram o projeto de associação dos negócios de comércio eletrônico desenvolvido pela Nova Pontocom, com os negócios de comércio eletrônico do controlador Casino, por meio da Cdiscount S.A. e de suas afiliadas ("Cdiscount").

Em 24 de julho de 2014, foi concluída a reorganização societária envolvendo a Nova Pontocom, com a transferência da totalidade dos negócios de comércio eletrônico para a Cnova, empresa sediada em Amsterdã - Holanda. Após a reorganização societária, a Companhia detém indiretamente 23,50% do capital social da Cnova.

Em dezembro de 2014, a Nova Pontocom liquidou parcialmente saldos de mútuo com a Companhia entregando ações da Marneylectro (vide item (iii) abaixo) pelo seu valor de mercado.

Como essa transação foi efetuada entre entidades sob controle comum, todos os efeitos relacionados ao valor de R\$74 foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014.

Em novembro de 2014, a Cnova concluiu sua oferta pública de ações na NASDAQ e os recursos obtidos, líquidos dos custos de emissão de ações, foram de R\$411. A Companhia reconheceu, na proporção de sua participação, o aumento de capital refletindo a diluição de participação líquida dos custos de emissão de ações no montante de R\$81.

(iii) Marneylectro

Em 22 de dezembro de 2014, a Companhia recebeu como liquidação parcial dos saldos de mútuo com a Nova Pontocom 2,2% de participação do capital total e votante da Marneylectro. Marneylectro é sediada em Luxemburgo e tem como atividade manter investimento indireto de 53,5% do capital total da Cnova. A contraprestação paga pela participação adquirida foi de R\$96, recebendo investimento a valor contábil de R\$5. Como Marneylectro é controlada pela Nova Pontocom que, por sua vez, é controlada por CBD, as trocas de participações societárias permaneceram registradas com base no custo histórico do investimento da Marneylectro pelo fato de a Administração entender que essa transação não está no escopo do CPC 15/IFRS 3 (R) - Combinação de Negócios, por envolver entidades sob controle comum. Portanto, o excedente do valor pago em relação ao valor contábil, no valor de R\$91, foi registrado diretamente ao patrimônio líquido da Companhia.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

(iv) CBCC

Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia alienou a totalidade de sua participação no capital da CBCC para a Atento Brasil S.A. Após o atendimento a todas as condições precedentes contidas no contrato de compra e venda, a Companhia recebeu o valor de R\$20 e obteve um ganho de R\$16, que foi reconhecido na demonstração do resultado do exercício conforme nota explicativa nº 22.(iii).

Dessa forma, os saldos patrimoniais da CBCC foram desconsolidados do balanço patrimonial consolidado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Na demonstração do fluxo de caixa consolidado, as movimentações da CBCC ocorridas até a data de sua alienação foram mantidas em suas respectivas rubricas.

(v) Sabara, PFAB e FACT

Em 14 de julho de 2014, foram encerradas as operações de Sabara, cujo controle acionário era detido integralmente pela Companhia. Os ativos e passivos dessa operação eram substancialmente ativos financeiros que foram resgatados no seu encerramento no valor de R\$20.

Em 31 de outubro de 2014, foram incorporadas as operações de PFAB e FACT com o intuito de simplificar a estrutura da Companhia e reduzir gastos e despesas operacionais. Nesta transação, a Companhia baixou seu investimento em PFAB e FACT avaliado em R\$15 (caixa e equivalentes de caixa avaliados em R\$2), assumindo todos os seus ativos e passivos.

(vi) BINV e FIC

BINV e FIC são instituições financeiras criadas com o objetivo de financiar as vendas diretamente para clientes de CBD e da Via Varejo. Atualmente, a BINV encontra-se em fase não operacional. Elas são resultado da associação do GPA e da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A. A Companhia detém, por meio da controlada Lake, 50,0% e 14,2% do capital votante total da BINV e FIC, respectivamente.

Não há restrições significativas relacionadas aos investimentos mantidos pela Companhia. A nomenclatura por extenso das empresas e a participação da Companhia nas controladas e coligadas estão descritas na nota explicativa nº 28.

Informações financeiras resumidas das coligadas

A seguir informações das coligadas que a Companhia julga como relevante para o cálculo da equivalência.

	FIC / BINV		Nova Pontocom		Marneylectro	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Ativo circulante	3.857	3.562	4.133	1.412	4.097	-
Ativo não circulante	35	32	1.711	551	1.424	-
Ativo total	3.892	3.594	5.844	1.963	5.521	-
Passivo circulante	2.965	2.829	5.220	1.901	4.972	-
Passivo não circulante	15	23	48	8	48	-
Patrimônio líquido	912	742	305	54	241	-
Não controladores	-	-	271	-	260	-
Total do passivo e patrimônio líquido	3.892	3.594	5.844	1.963	5.521	-
Resultados operacionais	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Receitas	1.029	898	8.180	4.297	5.264	-
Resultados operacionais	401	161	845	393	808	-
Lucro líquido	222	90	(67)	(28)	124	-

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Movimentação do patrimônio líquido das coligadas e cálculo da equivalência patrimonial direta e indireta

	FIC / BINV		Nova Pontocom		Marneylectro	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Patrimônio líquido inicial	742	652	54	82	-	-
Lucros (prejuízos) do exercício	222	90	(67)	(28)	-	-
Ajuste acumulado de conversão	-	-	8	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	8	-	-	-
Reorganização societária	-	-	302	-	241	-
Distribuição de dividendos	(52)	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido final	912	742	305	54	241	-
Participação nas coligadas (%)	14,2%	14,2%	43,9%	43,9%	2,2%	-
Relacionamento com clientes	-	-	30	30	-	-
Ágio	-	-	513	513	-	-
Equivalência patrimonial	127	102	677	567	5	-

11. Imobilizado

a) Controladora

	Saldo em 31.12.2014			Saldo em 31.12.2013		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	12	-	12	12	-	12
Edifícios	72	(48)	24	77	(50)	27
Benfeitorias em imóveis de terceiros	787	(194)	593	617	(167)	450
Máquinas e equipamentos	142	(50)	92	105	(32)	73
Equipamentos de informática	248	(143)	105	188	(100)	88
Instalações	143	(54)	89	130	(50)	80
Móveis e utensílios	147	(33)	114	120	(23)	97
Veículos	109	(30)	79	144	(36)	108
Imobilizado em andamento	37	-	37	23	-	23
Outros	37	(20)	17	28	(17)	11
	1.734	(572)	1.162	1.444	(475)	969
Arrendamento mercantil financeiro:						
Equipamentos de informática	137	(119)	18	137	(107)	30
Veículos	1	-	1	2	(1)	1
	138	(119)	19	139	(108)	31
Total	1.872	(691)	1.181	1.583	(583)	1.000

	Saldo em 31.12.2012	Incorporação	Adições	Depreciações	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2013
Terrenos	12	-	-	-	-	-	12
Edifícios	32	-	-	(2)	-	(3)	27
Benfeitorias em imóveis de terceiros	121	210	127	(27)	(10)	29	450
Máquinas e equipamentos	10	16	15	(8)	-	40	73
Equipamentos de Informática	32	52	23	(43)	(22)	46	88
Instalações	10	81	13	(11)	-	(13)	80
Móveis e utensílios	37	93	31	(11)	(5)	(48)	97
Veículos	-	151	5	(7)	(27)	(14)	108
Imobilizado em andamento	3	14	77	-	-	(71)	23
Outros	5	-	7	(3)	-	2	11
	262	617	298	(112)	(64)	(32)	969
Arrendamento mercantil financeiro:							
Equipamentos de informática	-	46	-	(17)	(1)	1	30
Veículos	-	10	-	-	(7)	(2)	1
	-	56	-	(17)	(8)	(1)	31
Total	262	673	298	(129)	(72)	(33)	1.000

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Saldo em 31.12.2013	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências	Saldo em 31.12.2014
Terrenos	12	-	-	-	-	12
Edifícios	27	-	-	(2)	(1)	24
Benfeitorias em imóveis de terceiros	450	105	1	(38)	75	593
Máquinas e equipamentos	73	12	-	(10)	17	92
Equipamentos de Informática	88	59	(1)	(45)	4	105
Instalações	80	20	(4)	(10)	3	89
Móveis e utensílios	97	21	-	(10)	6	114
Veículos	108	2	(26)	(5)	-	79
Imobilizado em andamento	23	117	(1)	-	(102)	37
Outros	11	8	-	(3)	1	17
	969	344	(31)	(123)	3	1.162
Arrendamento mercantil financeiro:						
Equipamentos de informática	30	-	-	(12)	-	18
Veículos	1	-	-	-	-	1
	31	-	-	(12)	-	19
Total	1.000	344	(31)	(135)	3	1.181

b) Consolidado

	Saldo em 31.12.2014			Saldo em 31.12.2013		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	16	-	16	16	-	16
Edifícios	78	(53)	25	82	(54)	28
Benfeitorias em imóveis de terceiros	789	(195)	594	618	(168)	450
Máquinas e equipamentos	324	(111)	213	289	(83)	206
Equipamentos de informática	248	(143)	106	194	(103)	91
Instalações	152	(59)	93	140	(54)	86
Móveis e utensílios	149	(35)	114	126	(27)	99
Veículos	111	(32)	79	148	(39)	109
Imobilizado em andamento	37	-	37	23	-	23
Outros	37	(20)	17	28	(17)	11
	1.941	(648)	1.294	1.664	(545)	1.119
Arrendamento mercantil financeiro:						
Equipamentos de informática	137	(119)	18	147	(117)	30
Veículos	1	-	1	2	(1)	1
	138	(119)	19	149	(118)	31
Total	2.079	(767)	1.313	1.813	(663)	1.150

	Saldo em 31.12.2012	Adições	Depreciações	Baixas	Aquisição	Desconsolidação	Transferências	Saldo em 31.12.2013
Terrenos	16	-	-	-	-	-	-	16
Edifícios	33	-	(2)	-	-	-	(3)	28
Benfeitorias em imóveis de terceiros	333	127	(28)	(10)	-	(2)	30	450
Máquinas e equipamentos	41	19	(10)	-	117	(4)	43	206
Equipamentos de informática	115	27	(49)	(22)	-	(35)	55	91
Instalações	102	14	(12)	-	3	(8)	(13)	86
Móveis e utensílios	137	30	(12)	(5)	1	(3)	(49)	99
Veículos	152	5	(7)	(27)	1	(1)	(14)	109
Imobilizado em andamento	17	86	-	-	-	-	(80)	23
Outros	24	9	(4)	-	-	(19)	1	11
	970	317	(124)	(64)	122	(72)	(30)	1.119
Arrendamento mercantil financeiro:								
Equipamentos de informática	47	-	(17)	(1)	-	-	1	30
Veículos	10	-	-	(7)	-	-	(2)	1
	57	-	(17)	(8)	-	-	(1)	31
Total	1.027	317	(141)	(72)	122	(72)	(31)	1.150

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Saldo em 31.12.2013	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências	Desconsolidação de CBCC	Saldo em 31.12.2014
Terrenos	16	-	-	-	-	-	16
Edifícios	28	-	-	(2)	(1)	-	25
Benfeitorias em imóveis de terceiros	450	103	1	(35)	75	-	594
Máquinas e equipamentos	206	13	-	(22)	17	(1)	213
Equipamentos de informática	91	60	(1)	(46)	4	(2)	106
Instalações	86	20	(4)	(11)	3	(1)	93
Móveis e utensílios	99	20	-	(10)	6	(1)	114
Veículos	109	2	(27)	(5)	-	-	79
Imobilizado em andamento	23	117	(1)	-	(102)	-	37
Outros	11	8	-	(3)	1	-	17
	1.119	343	(32)	(134)	3	(5)	1.294
Arrendamento mercantil financeiro:							
Equipamentos de informática	30	-	-	(12)	-	-	18
Veículos	1	-	-	-	-	-	1
	31	-	-	(12)	-	-	19
Total	1.150	343	(32)	(146)	3	(5)	1.313

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia reconheceu no custo de mercadorias e serviços vendidos o montante de R\$30 referente à depreciação de seu imobilizado nas informações contábeis individuais (R\$25 em 31 de dezembro de 2013) e R\$40 nas informações contábeis consolidadas (R\$26 em 31 de dezembro de 2013).

Os saldos das colunas “Transferências” nas informações contábeis individuais e consolidadas foram impactados pelo montante de R\$3, relativo aos ativos que estavam na rubrica “Ativos não correntes à venda” mas, como não deverão mais ser alienados, passaram a compor o ativo imobilizado.

Os saldos das colunas “Baixas” na rubrica “Benfeitoria em imóveis de terceiros” nas informações contábeis individuais e consolidadas foram impactados pelo montante de R\$10, relativo a uma reversão de provisão de baixa por motivo de não fechamento das lojas.

c) Testes de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

Anualmente, a Companhia efetua o teste de recuperação de seus ativos ou grupo de ativos ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”), ou ainda sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável. Em 2014, a Companhia realizou o teste de redução ao valor recuperável e constatou que nenhum de seus ativos ou grupos de ativos ou UGC tem valor recuperável menor que o já reconhecido.

As perdas por não recuperação, quando houver, são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros.

O valor recuperável das UGCs foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa para os próximos cinco anos. As premissas utilizadas no cálculo foram as seguintes:

	Em 5 anos	
	2014	2013
Crescimento de vendas líquidas	6,5%	6,4%
Margem EBITDA (*)	14,8%	13,5%
Taxa de desconto	11,4%	10,8%

Como resultado dessa análise, não houve perda por redução ao valor recuperável.

(*) Certas despesas da Companhia não são alocadas nas demonstrações de resultado das lojas e portanto diferem do EBITDA da Companhia.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

12. Intangível

a) Controladora

	Saldo em 31.12.2014			Saldo em 31.12.2013		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Fundo de comércio	74	(63)	11	72	(59)	13
Direitos contratuais	186	(8)	178	-	-	-
Software e licenças	144	(74)	70	107	(67)	40
	404	(145)	259	179	(126)	53
Arrendamento mercantil financeiro- Software						
	112	(21)	91	81	(4)	77
	516	(166)	350	260	(130)	130

	Saldo em 31.12.2012	Incorporação	Adições	Amortização	Baixas	Saldo em 31.12.2013
Ágio	8	-	-	-	(8)	-
Fundo de comércio	7	14	-	(8)	-	13
Marcas e patentes	-	-	-	-	-	-
Software e licenças	-	25	25	(10)	-	40
	15	39	25	(18)	(8)	53
Leasing financeiro- Software						
	-	-	81	(4)	-	77
	15	39	106	(22)	(8)	130

	Saldo em 31.12.2013	Adições	Baixa	Amortização	Transferências	Saldo em 31.12.2014
Fundo de comércio	13	4	-	(6)	-	11
Direitos contratuais	-	186	-	(8)	-	178
Software e licenças	40	42	-	(12)	-	70
	53	232	-	(26)	-	259
Arrendamento mercantil financeiro- Software						
	77	26	-	(12)	-	91
	130	258	-	(38)	-	350

b) Consolidado

	Saldo em 31.12.2014			Saldo em 31.12.2013		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio	627	-	627	604	-	604
Fundo de comércio	74	(63)	11	72	(59)	13
Marcas e patentes	46	-	46	46	-	46
Direitos contratuais	186	(8)	178	-	-	-
Software e licenças	146	(75)	71	110	(68)	42
Contrato vantajoso	36	(2)	34	36	-	36
	1.115	(148)	967	868	(127)	741
Arrendamento mercantil financeiro- Software						
	112	(21)	91	81	(4)	77
	1.227	(169)	1.058	949	(131)	818

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Saldo em 31.12.2012	Adições	Baixas	Amortização	Aquisição	Desconsolidação	Saldo em 31.12.2013
Ágio	8	604	(8)	-	-	-	604
Fundo de comércio	21	-	-	(8)	-	-	13
Marcas e patentes	-	-	-	-	46	-	46
Contrato vantajoso Bartira	-	-	-	-	36	-	36
Software e licenças	94	59	-	(14)	-	(97)	42
	123	663	(8)	(22)	82	(97)	741
Leasing financeiro- Software	-	81	-	(4)	-	-	77
	123	744	(8)	(26)	82	(97)	818

	Saldo em 31.12.2013	Adições	Baixa	Amortização	Desconsolidação	Saldo em 31.12.2014
Ágio (i)	604	23	-	-	-	627
Fundo de comércio	13	4	-	(6)	-	11
Marcas e patentes	46	-	-	-	-	46
Direitos contratuais (ii)	-	186	-	(8)	-	178
Software e licenças	42	43	-	(13)	(1)	71
Contrato vantajoso	36	-	-	(2)	-	34
	741	256	-	(29)	(1)	967
Arrendamento mercantil financeiro- Software	77	26	-	(12)	-	91
	818	282	-	(41)	(1)	1.058

(i) Em 2013, o valor de R\$604 refere-se ao ágio apurado na aquisição de Bartira e, em decorrência da finalização da alocação do preço pago na contratação de negócios de Bartira, em 2014 houve ajuste do ágio de R\$23. Vide detalhes na nota explicativa nº 26.

(ii) Os saldos das colunas "Amortização" na rubrica "Direitos contratuais" nas demonstrações financeiras foram parcialmente reduzidos pelo montante de R\$8 relativo à parcela da amortização da receita diferida decorrente do contrato com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A. ("Zurich"). Vide detalhes na nota explicativa nº 18.

c) Ágio

A Companhia mantém ágio por expectativa de rentabilidade futura decorrente da aquisição da Bartira em 2013, no montante de R\$627.

d) Fundo de comércio

Os fundos de comércio referem-se aos valores pagos a antigos proprietários de pontos comerciais. Para o teste de valor recuperável, os fundos de comércio são alocados nas lojas que deram origem ao direito e testados em conjunto com a UGC.

e) Marcas e patentes

Em consequência de combinação de negócios da Bartira, foi reconhecido um valor para essa marca no montante de R\$46, com base na metodologia *royalties relief*, que representa o quanto seria a remuneração praticada pelo mercado pela utilização da marca, caso esta não fosse adquirida.

f) Contrato vantajoso - Bartira

O imóvel utilizado por Bartira é objeto de arrendamento mercantil operacional, tendo CB como arrendadora. Sua mensuração foi realizada por informação de transações comparáveis no mercado.

g) Direitos contratuais

Refere-se a direitos contratuais readquiridos em conexão com o novo contrato de intermediação de seguro e garantia estendida, no qual a Companhia readquiriu e cedeu por tempo determinado os direitos de exploração da comercialização de garantia estendida nas lojas Casas Bahia e Ponto Frio. Vide nota explicativa nº 18.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

h) Testes de redução ao valor recuperável do ativo intangível

Para os ativos intangíveis de vida útil definida, a Companhia avalia a existência de evidências que possam indicar que o seu valor contábil não seja mais recuperável pela sua utilização. O valor recuperável foi calculado com base no valor em uso, tendo sido determinado em relação à unidade geradora de caixa. A unidade geradora de caixa consistia nos ativos das lojas. Para determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa, os fluxos de caixa foram descontados à taxa de 11,4% antes dos impostos sobre a renda. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não houve perda relacionada a redução ao valor recuperável.

Para ágio por aquisição de controladas (Bartira), para a determinação de seu valor recuperável, o seu valor foi devidamente alocado ao segmento que ele pertence (Eletrô). A aquisição de Bartira foi estratégica e realizada com o objetivo de garantir um fornecimento contínuo de móveis, importante categoria de vendas para a Companhia, bem como alavanca o fluxo de clientes para as lojas, qual beneficia fortemente todas as demais categorias de produtos. Dessa forma, o teste de impairment para o ágio foi realizado tomando os fluxos de caixa futuros da Via Varejo.

O valor recuperável do segmento é determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração para os próximos três anos. A taxa de desconto antes dos impostos sobre a renda aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 11,4% (10,8% em 31 de dezembro de 2013), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 6,7% (6,5% em 31 de dezembro de 2013). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

Para os demais ativos reconhecidos ao valor justo na data de aquisição (contrato vantajoso, marca Bartira, etc), a Companhia mensurou o valor recuperável do conjunto desses ativos e o comparou com os valores contábeis. Não houve necessidade de ajustes dos valores contábeis ao seu valor recuperável em 31 de dezembro de 2014.

Para a mensuração do valor recuperável dos demais ativos adquiridos na combinação de negócios de Bartira, a Administração os mensurou como um conjunto de ativos e utilizou múltiplos de EBITDA como método de avaliação. Nessa mensuração, a Companhia projetou os resultados de Bartira utilizando a visão de um participante de mercado, ou seja, utilizando premissa semelhante à empresa comparável. A margem bruta e o EBITDA utilizado foram de 42% e 12%, respectivamente, e o múltiplo de EBITDA da empresa comparável foi de 8,3x.

13. Empréstimos e financiamentos

a) Composição da dívida

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
<u>Debêntures</u>				
Debêntures, líquidas de custo de captação	620	816	620	816
<u>Empréstimos e financiamentos</u>				
CDCI	2.876	2.868	2.876	2.868
IBM, líquido de custo de captação	107	118	107	118
Arrendamento mercantil financeiro	96	93	96	93
BNDES	-	10	7	27
Empréstimos em moeda estrangeira, Líquido dos contratos de <i>swap</i>	-	41	-	41
	3.079	3.130	3.086	3.147
Total	3.699	3.946	3.706	3.963
Circulante	3.402	3.046	3.409	3.056
Não circulante	297	900	297	907

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

b) CDCI

As operações de financiamento ao consumidor por interveniência correspondem às atividades de financiamento de vendas a prazo a clientes, por intermédio de uma instituição financeira. Vide nota explicativa nº 6.

As taxas praticadas pelas instituições financeiras para as operações de CDCI são as seguintes:

Instituição financeira	Taxa praticada em relação ao % do CDI			
	31.12.2014		31.12.2013	
Banco Bradesco	527	108,5%	606	110,5%
Banco Safra	1.087	109,8%	1.073	108,7%
Banco do Brasil	1.262	108,5%	1.189	110,7%
	<u>2.876</u>		<u>2.868</u>	

c) Movimentação dos empréstimos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.681	3.791
Captações	5.383	5.386
Provisão de juros	313	317
Variação cambial	4	5
Amortizações	(5.114)	(5.216)
Amortizações de <i>leasing</i>	(18)	(18)
Pagamento de juros	(293)	(302)
Pagamento de juros de <i>leasing</i>	(10)	(10)
Consolidação Bartira - 100%	-	14
Desconsolidação	-	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>3.946</u>	<u>3.963</u>
Captações (*)	5.050	5.050
Provisão de juros	414	415
<i>Swap</i>	(1)	(1)
Variação cambial	2	2
Amortizações (*)	(5.311)	(5.320)
Amortizações de <i>leasing</i>	(26)	(26)
Pagamento de juros (*)	(366)	(368)
Pagamento de juros de <i>leasing</i>	(9)	(9)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>3.699</u>	<u>3.706</u>

(*) Os montantes referentes às operações de CDCI são de R\$5.024 de captações, R\$5.038 de amortizações, R\$277 de pagamento de juros e R\$300 de provisão de juros na controladora e no consolidado.

d) Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante

Ano	Controladora e Consolidado
2016	166
2017	31
2018	32
2019	23
2020	46
Subtotal	<u>298</u>
Custo de captação	(1)
Total	<u>297</u>

e) Garantias

A CBD é avalista para o empréstimo obtido no Banco IBM, bem como das debêntures emitidas pela Companhia.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

f) Debêntures

		Valor emissão	Debêntures em circulação	Data		Encargos financeiros anuais	Preço unitário	Controladora e Consolidado	
	Tipo			Emissão	Vencimento			31.12.2014	31.12.2013
3ª emissão da 1ª série - Via Varejo	Sem preferência	400.000	40.000	30/01/2012	30/07/2015	CDI + 1,0%	10	420	416
1ª emissão da 1ª série - NCB	Sem preferência	200.000	-	29/06/2012	29/12/2014	CDI + 0,72%	10	-	200
1ª emissão da 2ª série - NCB	Sem preferência	200.000	20.000	29/06/2012	29/01/2015	CDI + 0,72%	10	200	200
								620	816
Circulante								620	216
Não circulante								-	600

A Companhia utilizou em 2012 a emissão de debêntures para fortalecimento do capital de giro e alongamento do perfil de endividamento. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações e possuem aval da CBD. Em virtude de as emissões terem sido feitas antes da incorporação das operações entre Via Varejo e Nova Casa Bahia ("NCB"), a nomenclatura será mantida em cada emissão para fins desta nota explicativa.

As debêntures têm como característica o pagamento de juros semestral: (i) 3ª emissão da Via Varejo: pagamentos semestrais, com base na data de emissão, sempre nos dias 30 de janeiro e 30 de julho de cada ano; e (ii) 1ª emissão da NCB: pagamentos semestrais com base na data de emissão, sempre nos dias 29 de dezembro e 29 de junho de cada ano, com exceção da última parcela da 2ª série com vencimento no dia 29 de janeiro de 2015.

Os contratos de debêntures possuem cláusula de *covenants*, que representa a obrigação da Companhia de manter seus índices financeiros de maneira satisfatória. Esses índices são calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas das companhias, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos caixa e equivalentes de caixa e contas a receber e para 1ª emissão da NCB considerar as contas a receber com deságio de 1,5%) não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice da dívida líquida consolidada dividido pelo EBITDA menor ou igual a 3,25.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia havia atendido a todos esses índices.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

14. Tributos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
PIS e COFINS a pagar	324	291	326	291
ICMS a pagar	99	158	102	159
Imposto de renda e contribuição social a pagar	33	28	33	26
Outros	42	51	42	52
	<u>498</u>	<u>528</u>	<u>503</u>	<u>528</u>
Tributos federais parcelados (*)	-	31	-	31
Previdenciários parcelados (*)	-	13	-	13
	<u>-</u>	<u>44</u>	<u>-</u>	<u>44</u>
Total	<u>498</u>	<u>572</u>	<u>503</u>	<u>572</u>
Circulante	498	532	503	532
Não circulante	-	40	-	40

(*) O parcelamento da Lei nº 11.941/09 (REFIS IV) é constituído por débitos previdenciários e pelos seguintes tributos: PIS, COFINS, Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") e Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"). Em outubro de 2014, o saldo foi integralmente liquidado mediante utilização de créditos de prejuízos fiscais e caixa.

15. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Reconciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Lucro antes da tributação	1.417	1.677	1.412	1.687
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	(482)	(570)	(480)	(574)
Ganho com investimentos - Bartira	-	55	-	54
Equivalência patrimonial	(2)	(3)	1	2
Baixas não dedutíveis	(2)	(3)	(4)	(2)
Outras diferenças permanentes não dedutíveis	7	4	9	8
Imposto de renda e contribuição social efetivos	<u>(479)</u>	<u>(517)</u>	<u>(474)</u>	<u>(512)</u>
Corrente	<u>(283)</u>	<u>(186)</u>	<u>(287)</u>	<u>(188)</u>
Diferido	<u>(196)</u>	<u>(331)</u>	<u>(187)</u>	<u>(324)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social	<u>(479)</u>	<u>(517)</u>	<u>(474)</u>	<u>(512)</u>
Taxa efetiva	33,8%	30,9%	33,6%	30,3%

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Prejuízos fiscais e base negativa	72	257	86	285
Provisão para demandas judiciais	79	73	79	74
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	86	79	87	80
Benefício fiscal de ágio sobre incorporação reversa	60	112	60	98
Mais-valia de investimento em Nova Pontocom	(185)	(185)	(185)	(185)
Depreciação e amortização de imobilizado e intangível	(89)	(59)	(97)	(65)
Provisão para despesas correntes	35	44	38	45
Perda estimada para perdas de ativo imobilizado, intangível e estoque	20	5	20	5
Outros	8	14	(4)	10
	<u>86</u>	<u>340</u>	<u>84</u>	<u>347</u>
Ativo fiscal diferido	86	340	87	350
Passivo fiscal diferido	-	-	(3)	(3)

Realização esperada do imposto de renda e da contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração quanto à geração de lucros tributáveis que possibilitem a realização total desses valores nos próximos anos, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis, conforme indicado a seguir:

Ano	Controladora	Consolidado
2015	285	276
2016	16	18
2017	8	8
2018	(18)	(18)
2019	(18)	(18)
Mais de 5 anos	(187)	(182)
	<u>86</u>	<u>84</u>

A linha "Mais de 5 anos" é composta, principalmente, de imposto de renda diferido sobre o valor justo do investimento em Nova Pontocom reconhecida em 2013, cujo prazo de realização é indefinido.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

16. Provisão para demandas judiciais

a) Controladora

	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	70	31	40	141
Incorporação	-	12	11	23
Adições	25	81	69	175
Pagamentos	(14)	(10)	(11)	(35)
Reversões	(20)	(21)	(39)	(80)
Atualização monetária	3	11	13	27
Saldo em 31 de dezembro de 2013	64	104	83	251
Adições	1	251	126	378
Pagamentos	-	(40)	(35)	(75)
Reversões	(40)	(48)	(90)	(178)
Atualização monetária	4	34	29	67
Saldo em 31 de dezembro de 2014	29	301	113	443

b) Consolidado

	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	70	43	51	164
Adições	25	84	69	178
Pagamentos	(14)	(10)	(11)	(35)
Reversões	(20)	(21)	(40)	(81)
Atualização monetária	3	10	14	27
Combinação de negócio	106	13	-	119
Saldo em 31 de dezembro de 2013	170	119	83	372
Adições	1	256	126	383
Pagamentos	-	(42)	(35)	(77)
Reversões	(40)	(49)	(90)	(179)
Atualização monetária	4	37	29	70
Saldo em 31 de dezembro de 2014	135	321	113	569

c) Tributárias

Os processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, à atualização mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões para demandas judiciais de acordo com as taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Em todos os casos, tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicável, foram computados e totalmente provisionados com respeito aos montantes não pagos.

Os principais processos tributários provisionados são como segue:

Majoração da alíquota de ICMS

Majoração da alíquota de ICMS em 1,0%, instituída pelo Estado do Rio de Janeiro - Fundo Estadual de Combate à Pobreza, cujos valores estão depositados integralmente e outros assuntos, no montante de R\$28 em 31 de dezembro de 2014 (R\$25 em 31 de dezembro de 2013).

Contingências PPA Bartira

Em consonância com a combinação de negócios da Bartira, ocorrida em 2013 (detalhes podem ser observados na nota explicativa nº 26), as contingências foram avaliadas pelo valor justo, conforme expresso pelo CPC 15 (IFRS 3R), cuja avaliação difere do CPC 25 (IAS 27), norma utilizada para a avaliação das demais contingências. A principal matéria refere-se a questões tributárias, que totaliza R\$106 entre imposto de renda e contribuição social, PIS, COFINS e ICMS, e o total dos passivos contingentes monta a R\$118 (tributário - R\$106 e trabalhista - R\$12).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

d) Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantinha uma provisão de R\$321 (R\$119 em 31 de dezembro de 2013). Os processos trabalhistas são indexados pela taxa referencial de juros (TR-BACEN) de 1,2% acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (1,0% acumulado no exercício de 31 de dezembro de 2013), mais juros mensais de 1,0%.

e) Cíveis e outros

A Companhia responde a ações de natureza cível e outras em diversos níveis judiciais. Os principais processos são referentes a:

- Ações renovatórias de aluguel de lojas, em que a Companhia é obrigada a pagar valores provisórios de aluguéis até o seu trânsito em julgado. A Companhia constitui provisão entre o valor pago a título de aluguel provisório e aquele solicitado judicialmente pela parte contrária. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da provisão é de R\$27, para as quais não há depósitos judiciais (R\$15 em 31 de dezembro de 2013).
- Ações envolvendo direitos das relações de consumo e rescisões de contrato com fornecedores. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo dessa provisão é de R\$86 (R\$69 em 31 de dezembro de 2013).

f) Passivos contingentes

A Companhia e suas controladas possuem outras demandas que foram analisadas por consultores jurídicos e consideradas como possíveis, portanto, não provisionadas, totalizando um montante de R\$767 em 31 de dezembro de 2014 (R\$1.075 em 31 de dezembro de 2013), e que são relacionadas principalmente a:

Tributárias

- Compensações de débitos fiscais de PIS e COFINS, com créditos fiscais de Imposto sobre Produto Industrializado ("IPI"), no montante de R\$40 em 31 de dezembro de 2014 (R\$38 em 31 de dezembro de 2013 classificado como provável), adquiridos da Nitriflex S.A. (transferidos para a Companhia com base em decisão transitada em julgado). Em dezembro de 2014, nossos consultores jurídicos externos entenderam como possível a chance de perda relativa à utilização desses créditos.
- COFINS, PIS, IRPJ, IRRF, CSLL, Imposto sobre Operações Financeiras ("IOF"), IPI e Imposto Nacional do Seguro Social ("INSS") - processos administrativos e judiciais relacionados a pedidos de compensação não reconhecidos pelo Fisco, gerados em virtude de créditos advindos de êxito em processos judiciais, referentes a divergência de recolhimentos, pagamentos a maior e multa por descumprimento de obrigação acessória, entre outros de menor materialidade. O montante envolvido nos referidos processos é de aproximadamente de R\$276 em 31 de dezembro de 2014 (R\$251 em 31 de dezembro de 2013).
- ICMS, ISS e taxas - autuações fiscais decorrentes da tributação da comercialização de serviços, diferenças de informações transmitidas para a Fazenda Estadual, bem como visando rever a apropriação de créditos: (a) aquisição de mercadorias de fornecedores com inscrição estadual irregular perante o Fisco; (b) descumprimento de obrigações acessórias; e (c) outros de menor materialidade. O montante envolvido nas referidas autuações é de aproximadamente de R\$403 em 31 de dezembro de 2014 (R\$335 em 31 de dezembro de 2013).
- Lei nº 12.973/14 - Em maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 627 ("MP 627"). A Companhia, apoiada por seus consultores jurídicos externos, analisou os dispositivos da MP 627 e da Lei nº 12.973/14 e as Instruções Normativas nº 1.492 e nº 1.515, as implicações da opção antecipada e os impactos que poderiam gerar sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e não foram identificados efeitos significativos a serem reconhecidos em decorrência da aplicação da referida legislação.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

g) Depósitos recursais e judiciais

A Companhia e suas controladas estão contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuaram depósitos recursais (vinculados), de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais.

A Companhia possui registrado em seu ativo, valores referentes a depósito judicial como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Previdenciárias e trabalhistas	246	208	254	215
Tributárias	46	38	49	38
Cíveis e outras	10	15	11	15
	<u>302</u>	<u>261</u>	<u>314</u>	<u>268</u>

h) Garantias

A Companhia e suas controladas ofereceram garantias em algumas ações cíveis, trabalhistas e tributárias, como demonstrado a seguir:

Ações	Imóveis	Equipamentos	Carta de fiança	Total
Tributárias	16	-	1.397	1.413
Previdenciária e trabalhistas	2	-	4	6
Cíveis e outras (i)	-	1	1.020	1.021
Total	<u>18</u>	<u>1</u>	<u>2.421</u>	<u>2.440</u>

(i) Inclui cartas de fiança relacionadas à operação com Zurich, vide nota explicativa nº 18 para informações adicionais.

O custo anual das cartas de fiança é de aproximadamente 0,5% do valor ao ano e é registrado na rubrica "Despesas financeiras", pela fluência do prazo.

17. Operações de arrendamento mercantil

a) Arrendamento mercantil operacional

(i) Pagamentos mínimos não canceláveis

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013
Menos de 1 ano	18	18
De 1 a 5 anos	69	69
Mais de 5 anos	49	66
	<u>136</u>	<u>153</u>

Refere-se a contratos não canceláveis de locação de imóveis até as respectivas datas de vencimento. Os contratos de arrendamento operacional variam de 5 a 20 anos e na tabela acima estão divulgados os contratos não canceláveis. Há outros contratos de arrendamento operacional que na avaliação da Administração da Companhia são considerados como canceláveis, cuja despesa é registrada pela fluência do prazo. O montante anual da despesa na rubrica "pagamentos não contingentes" com contratos de arrendamento operacional está demonstrado no item (iii) abaixo.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

(ii) Pagamentos mínimos na rescisão de contratos de locação

A Companhia avaliou e concluiu que a maioria dos contratos de locação de imóveis são canceláveis durante sua vigência, e na ocorrência de cancelamento do contrato, serão devidos pagamentos mínimos de rescisão que, podem variar de 1 a 12 meses do aluguel mensal ou um percentual fixo sobre o saldo contratual.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Pagamentos mínimos na rescisão	474	413	482	422

(iii) Pagamentos contingentes

A Administração considera o pagamento de aluguéis adicionais como pagamentos contingentes, que variam entre 0,5% e 2,5% das vendas.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Pagamentos contingentes considerados como despesas durante o exercício	133	75	133	45
Pagamentos não contingentes	621	587	626	449

b) Arrendamento mercantil financeiro

Os compromissos e as obrigações referentes aos contratos de aluguéis de equipamentos de informática, veículos e *software* estão demonstrados a seguir:

	Controladora e consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013
Passivo de arrendamento mercantil financeiro:		
Menos de 1 ano	17	40
De 1 a 5 anos	70	62
Mais de 5 anos	54	25
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	141	127
Encargos futuros de financiamento	(45)	(34)
Valor atual dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	96	93

18. Receitas diferidas

As receitas diferidas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de determinados serviços e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato ou prazo de exclusividade concedido.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Garantias complementares ou estendidas	811	442	811	442
Direitos outorgados	27	-	27	-
Outros	25	11	25	11
	863	453	863	453
Circulante	162	78	162	78
Não circulante	701	375	701	375

Em 29 de agosto de 2014, a Companhia celebrou com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A. ("Zurich") novos contratos para venda de seguro-garantia estendida nas lojas Casas Bahia e Ponto Frio. A vigência desse contrato

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

é de até oito anos. Em 1º de outubro de 2014, as condições precedentes existentes nos contratos foram cumpridas.

A Companhia recebeu a quantia de R\$850 a título de antecipação pela angariação de seguros, dos quais R\$150 foram recebidos em setembro de 2014 e R\$700 em outubro de 2014.

Também em setembro de 2014, o antigo provedor de seguro de garantia estendida nas lojas das bandeiras Casas Bahia e Ponto Frio foi devidamente notificado quanto à rescisão antecipada dos referidos contratos, tendo a Companhia acordado o pagamento de R\$584 em decorrência da: (i) recompra do direito concedido ao antigo provedor para explorar sua base de clientes pelo prazo do contrato, reconhecidos no ativo intangível da Companhia (R\$186); e (ii) devolução das antecipações realizadas na celebração do contrato devido à sua rescisão antecipada (R\$398). Os valores foram liquidados em outubro de 2014.

Do valor classificado como “Não circulante”, a Administração estima que a realização desses valores acontecerá na seguinte proporção:

Ano	Consolidado
2016	161
2017	148
2018	148
2019	142
2020	102
Total	701

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2014 era de R\$2.895 e estava representado por 1.290.751 milhares de ações ordinárias e preferenciais, todas escriturais nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva de capital - transações com controladores

O valor registrado na rubrica “Reserva especial de ágio” decorre da incorporação da Mandala Empreendimentos e Participações S.A. pela Companhia em 22 de dezembro de 2009, empresa que continha o ágio gerado pela aquisição de Via Varejo por GPA. Nos termos da Instrução CVM nº 319/99, o ágio incorporado está com uma provisão de integridade do patrimônio de 66%, a fim de remanescer o benefício tributário que será amortizado de acordo com o benefício econômico do ágio. Conforme estabelecido no Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de Emissão de Nova Casa Bahia, celebrado em 5 de outubro de 2010 (aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2010), o benefício fiscal decorrente dessa amortização passará a ser capitalizado sem a emissão de novas ações, ou seja, em benefício de todos os acionistas de Via Varejo.

A Companhia exerceu uma opção de compra para a aquisição do controle da Bartira, conforme aprovado em Assembleia Geral de Acionistas de 31 de outubro de 2013. Para tanto, o GPA fez uma contribuição de capital para a Companhia relativo ao valor justo da opção de compra, no montante de R\$314. O objetivo dessa contribuição foi para manter na Companhia, toda a participação na Bartira.

c) Reserva de orçamento de capital

A Administração da Companhia propôs a retenção da parcela do lucro líquido, correspondente ao lucro não realizado, no valor decorrente do ganho a valor justo com a aquisição da Bartira de R\$157 conforme mensuração inicial, e da venda da Nova Pontocom com o ganho na remensuração de parcela detida a valor justo na ordem de R\$543, este líquido de tributos diferidos no montante de R\$184 (vide nota explicativa nº 10 (i)), totalizando R\$516. Para tanto, será constituída reserva de orçamento de capital nesse valor. Os saldos incluídos nessa reserva poderão ser distribuídos com a alienação do investimento ou reclassificado na eventualidade de constituição de provisão para não realização de ativos, para os quais não há prazo definido, ou ainda por determinação da Assembleia de Acionistas. Por fim, a Administração da Companhia submeterá para aprovação da Assembleia de Acionistas o orçamento de capital previsto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, em conformidade com o parágrafo 2º de referido artigo.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

d) Reserva de investimento

Conforme o artigo 199 da Lei nº 6.404/76, a Companhia pode constituir reserva de investimentos desde que o valor não seja superior ao valor de capital social. Segundo o Estatuto Social, a reserva de investimento tem por finalidade:

- Assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.
- Reforço de capital de giro.
- Ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, podendo a Assembleia Geral deliberar sua dispensa na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo obrigatório.

e) Plano de outorga de opções de compra de ações ordinárias e preferenciais (Programa 2014)

A Companhia mantém dois planos de opção de compra de ações preferenciais e ordinárias, aprovados pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2014. Os planos têm o objetivo de: (i) propiciar a participação dos administradores e empregados da Companhia no seu capital e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído; (ii) estimular a consecução dos objetivos sociais da Companhia; e (iii) alinhar os interesses dos administradores e empregados da Companhia com os dos acionistas da Companhia.

As ações decorrentes do exercício das opções terão os direitos estabelecidos nos respectivos planos, sendo certo que lhes será assegurado o direito de perceber os dividendos que vierem a ser distribuídos a partir da aquisição da ação. As opções outorgadas com base nos planos são pessoais e intransferíveis.

Conforme os termos dos planos, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação ordinária e duas ações preferenciais de emissão da Companhia, visto que o beneficiário poderá, a seu exclusivo critério, utilizar tais ações para a formação de *units* da Companhia. Em ambos os planos, existe um período de carência de 36 meses sempre mensurados a partir da data na qual o Conselho de Administração aprovou a emissão da respectiva série de opções. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 42 meses da respectiva data de outorga. A condição para que as opções possam ser exercíveis (*vested*) é a permanência do beneficiário como empregado da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções e na existência ou não de um período de restrição para venda das *units* adquiridas no exercício da opção.

De acordo com os planos, as opções de ações outorgadas em cada um dos planos podem representar como máximo 0,7% do total das ações de emissão da Companhia. Para esses planos foram outorgadas 952.965 opções de *units*.

O valor justo das opções outorgadas durante o exercício nos planos foi calculado com base no modelo de valorização de opções *Black & Scholes*, tendo sido consideradas as seguintes premissas (dadas na data de outorga):

	Plano de opção de compra de ações (<i>units</i>)	Plano de remuneração em opções de compra de ações (<i>units</i>)
Volatilidade anual esperada com base na volatilidade histórica de 16 de dezembro de 2013 até 30 de maio de 2014 (data da outorga)		85,33%
Preço de exercício	R\$19,98	R\$0,01
Opções outorgadas	476.387	476.578
Valor de mercado médio das <i>units</i> (uma ação ordinária e duas ações preferenciais) em 30 de maio de 2014 (data da outorga)		R\$23,82
Valor justo por opção	R\$14,87	R\$21,43
Vida média esperada até a data de exercício		36 meses
Taxa livre de risco		11,70%

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

O total da despesa reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$4 (*nil* em 31 de dezembro de 2013). O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação (vide nota explicativa nº 24).

- f) Plano de outorga de opções de compra de ações ordinárias e preferenciais (Programa 2008)

A Companhia detinha um plano de opção de ações ordinárias, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de janeiro de 2008 e retificado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2008. O plano foi encerrado em setembro de 2014, expirando integralmente todas as opções exercíveis restantes.

- g) Dividendos pagos e propostos

	31.12.2014	31.12.2013
Lucro líquido do exercício	938	1.160
Reserva legal - 5%	(47)	(58)
	<u>891</u>	<u>1.102</u>
Dividendos propostos/distribuídos	(223)	(390)

Em 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta da diretoria executiva para a distribuição de dividendos no total de R\$390, sendo R\$275 de dividendos mínimos obrigatórios e R\$115 de dividendos adicionais.

Para o exercício de 2014, a Companhia propôs dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$223 conforme previsto no Estatuto Social. Esse valor corresponde a R\$0,173 por ação ordinária e preferencial. Não houve antecipação de dividendos no exercício de 2014.

20. Receita de venda de mercadorias e serviços

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Mercadorias	24.549	24.035	24.553	24.035
Serviços	1.085	1.055	1.097	1.071
Serviços financeiros	1.419	1.212	1.419	1.212
Devoluções e cancelamento de vendas	(1.316)	(1.344)	(1.317)	(1.344)
	<u>25.737</u>	<u>24.958</u>	<u>25.752</u>	<u>24.974</u>
Tributos	(3.075)	(3.215)	(3.078)	(3.218)
	<u>22.662</u>	<u>21.743</u>	<u>22.674</u>	<u>21.756</u>

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

21. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Despesas com aluguel	702	715	702	710
Despesas com pessoal	2.929	2.696	3.067	2.774
Despesas com frete	491	437	519	447
Custo com estoques vendidos	14.021	13.939	13.897	13.901
Despesa com serviços de terceiros	1.639	1.634	1.627	1.599
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	343	356	344	356
Outros	255	221	251	225
	<u>20.380</u>	<u>19.998</u>	<u>20.407</u>	<u>20.012</u>
Custo das mercadorias e serviços vendidos	15.303	15.053	15.319	15.056
Despesas com vendas	4.494	4.405	4.557	4.419
Despesas gerais e administrativas	583	540	531	537
	<u>20.380</u>	<u>19.998</u>	<u>20.407</u>	<u>20.012</u>

22. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Perda na alienação de ativo imobilizado e intangível	-	(19)	-	(19)
Provisão para perdas - lojas CADE (i)	5	(30)	5	(30)
Despesas com reestruturação	(44)	(35)	(44)	(35)
Gastos com associação (ii)	-	(55)	-	(55)
Ganho com alienação de investimento (iii)	16	771	16	771
Estimativa de perda com recebíveis na alienação de ativo imobilizado	(14)	-	(14)	-
Perda com inventário físico de ativo imobilizado	-	(16)	-	(16)
Outras	(3)	(5)	(3)	(7)
	<u>(40)</u>	<u>611</u>	<u>(40)</u>	<u>609</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2014, o valor refere-se à reversão da provisão das sete lojas vendidas em janeiro de 2014, no processo de cumprimento do TCD celebrado com o CADE.
- (ii) Os trabalhos relativos à avaliação do acervo líquido da Associação entre CBD e CB foram concluídos em outubro de 2013. Como resultado dessa avaliação, a Companhia reconheceu uma perda no exercício de 2013, no valor de R\$55, referente à baixa de recebíveis que foram concluídos como não reembolsáveis pelas partes. Não houve ajustes adicionais com relação a esse tema.
- (iii) Em 2014 o ganho de investimento é referente à venda de CBCC (vide nota explicativa nº10 (iv)). Em 31 de dezembro de 2013 os valores são referentes à aquisição de Bartira no valor de R\$157 conforme mensuração inicial e alienação de Nova Pontocom no valor de R\$614 (nota explicativa nº 10 (i)).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

23. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Despesas financeiras:				
Custo da dívida	(452)	(358)	(453)	(359)
Custo com venda e desconto de recebíveis	(446)	(384)	(446)	(384)
Atualizações passivas	(105)	(41)	(106)	(42)
Outras despesas financeiras	(39)	(33)	(31)	(30)
Total de despesas financeiras	(1.042)	(816)	(1.036)	(815)
Receitas financeiras:				
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	202	158	205	161
Atualizações ativas	96	59	94	61
Antecipação a fornecedores	41	28	41	28
Outras receitas financeiras	17	13	17	14
Total de receitas financeiras	356	258	357	264
Resultado financeiro, líquido	(686)	(558)	(679)	(551)

24. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado, consistindo as operações continuadas e descontinuadas, com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é o quociente entre o lucro do exercício apurado e o número de ações da Companhia. Entretanto, para o número de ações, há um ajuste para incluir possíveis ações correspondentes a instrumentos dilutivos (opções de ações), deduzido o número de ações que poderiam ser recompradas no mercado, conforme o caso. Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizada para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

	31.12.2014			31.12.2013			31.12.2013		
				Operações continuadas			Operações continuadas e descontinuadas		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico									
Dividendos propostos	113	110	223	199	191	390	199	191	390
Lucro básico alocado e não distribuído	363	352	715	401	384	785	393	377	770
Lucro líquido alocado disponível a acionistas ordinários e preferenciais	476	462	938	600	575	1.175	592	568	1.160
Denominador básico (em milhares de ações)									
Média ponderada da quantidade de ações	655.825	634.926	1.290.751	659.164	631.587	1.290.751	659.164	631.587	1.290.751
Lucro básico por ação	0,726709	0,726709	0,726709	0,910244	0,910244	0,910244	0,898350	0,898350	0,898350
Denominador diluído									
Opções de compra de ações (em milhares)	493	987	1.480	138	-	138	138	-	138
Média ponderada das quantidades de ações (milhares)	655.825	634.926	1.290.751	659.302	631.587	1.290.889	659.302	631.587	1.290.889
Média ponderada diluída das ações (milhares)	656.318	635.913	1.292.231	659.440	631.587	1.291.027	659.440	631.587	1.291.027
Lucro diluído por ação	0,725258	0,726515	0,725877	0,909862	0,910244	0,910128	0,898160	0,898350	0,897564

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

25. Cobertura de seguro

A cobertura de seguro em 31 de dezembro de 2014 é considerada suficiente pela Administração para cobrir possíveis sinistros e pode ser resumida da seguinte forma:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Imobilizado e estoques	Lucros nomeados	8.590
Lucro	Lucros cessantes	1.551
Automóveis e outros (*)	Perdas e danos	86

(*) O valor acima informado não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas ("FIPE").

A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativa no valor de R\$334.

26. Combinação de negócios - Bartira

Até 31 de outubro de 2013, a Companhia e a Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB") eram sócias em Bartira, com participações de 25% e 75%, respectivamente. Desde a associação entre a CBD e CB (1º de novembro de 2010), a Companhia detinha uma opção de compra dos 75% remanescentes, com período de exercício entre 3 e 6 anos da associação.

Esta opção era calculada usando-se o método Black & Scholes, usando volatilidade de 28% e taxa livre de risco de 5,8% a.a., resultando em valor justo na data do exercício de R\$314 (R\$307 em 31 de dezembro de 2013). Até a data de exercício esta opção era registrada como instrumento financeiro nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de outubro de 2013 a Assembleia Geral de Acionistas da Companhia aprovou o exercício da opção de compra da participação remanescente em Bartira ("Opção de Compra"), seguido pelo envio de notificação do exercício a CB em 1 de novembro de 2013. A transferência das quotas do capital social de Bartira foi realizada em 2 de dezembro de 2013. O preço pago de exercício da opção de compra em 1 de novembro de 2013 foi de R\$212. Após a transação, a Companhia detém a totalidade do capital social de Bartira.

A partir da data de notificação a CB, Via Varejo passou a deter direitos substantivos sobre Bartira, sendo 1 de novembro de 2013 definida com a data da combinação de negócios.

Imediatamente anterior à data da combinação de negócios, a Companhia detinha 25% de participação em Bartira. O valor justo da participação detida foi mensurado ao seu valor justo na data de aquisição, conforme definido no IFRS 3 (R), CPC 15 (R1). O valor justo da participação foi mensurado através do método do fluxo de caixa descontado, e totalizou R\$176. O valor justo da remensuração do investimento anteriormente detido comparado ao valor contábil do investimento resultou em um ganho no valor de R\$157, apresentado, em 2013, na rubrica "Outras despesas e receitas operacionais".

Dessa forma, a contraprestação transferida para a consecução da combinação de negócios é determinada por (i) o preço de exercício da opção de compra no valor de R\$212; (ii) o valor justo da opção de compra detida pela Companhia imediatamente anterior à combinação de negócios no valor de R\$314; e (iii) a remensuração à valor justo do investimento anteriormente detido no valor de R\$176.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de Bartira, na data da combinação de negócios, são os seguintes:

	01/11/2013	01/11/2014
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	1	1
Estoques	51	46
Imposto de renda diferido	4	-
Outros	40	38
Imobilizado	139	139
Intangível	82	82
Ativos adquiridos	317	306
Passivo		
Empréstimos e financiamentos	(19)	(19)
Materiais e serviços	(62)	(62)
Provisão para demandas judiciais	(119)	(118)
Imposto de renda diferido	-	(12)
Outros	(18)	(20)
Passivos assumidos	(218)	(231)
Ativos líquidos identificáveis	99	75
Contraprestação transferida	212	212
Valor justo da opção de compra detida	314	314
Valor justo da participação anteriormente detida	176	176
Ágio gerado na aquisição	603	627

Os principais ativos intangíveis identificados na combinação de negócios de Bartira se referem a:

- Marcas no valor de R\$46: Relacionado à marca "Bartira" que foi calculada utilizando-se do método de *royalties*, cujo prazo de vida útil é indefinido;
- Relacionamento contratual (aluguel em condições vantajosas) no valor de R\$36: Relacionado a condições vantajosas quando comparadas ao mercado no aluguel da propriedade utilizada como planta fabril por Bartira. Este ativo será amortizado pelo prazo remanescente do contrato de 7 anos.

O ágio apurado na aquisição do controle de Bartira é sustentado pelo caráter estratégico de garantir um fornecimento contínuo de importante fornecedor. Adicionalmente, a aquisição também habilitou a Companhia a (i) integrar verticalmente sua operação de varejo de móveis, (ii) se beneficiar da estrutura de baixo custo de Bartira dada a sua escala como uma das maiores fábricas da América Latina em termos de volume de produção, e (iii) manter as eficiências operacionais e sinergias (incluindo logísticas, vendas e custos administrativos) desenvolvidos através do desenvolvimento histórico entre a Companhia e Bartira. Estes efeitos combinados fazem com que a Companhia tenha margens maiores nos produtos vendidos.

Um último fator é que um fornecedor substituto para Bartira seria difícil de encontrar no mercado local, e afetaria negativamente a linha de móveis atualmente vendidas pela Companhia.

Para fins da demonstração de fluxo de caixa consolidada, o valor pago deve ser deduzido do caixa líquido adquirido. Sendo assim, o valor apresentado será R\$212 reduzido de 75% do equivalente de caixa de Bartira, o que totaliza R\$211. O ágio gerado na aquisição foi integralmente alocado no segmento eletro.

Mensuração subsequente – alocação provisional do preço de compra

A aquisição de controle de Bartira foi contabilizada segundo o método de aquisição, em concordância com o CPC 15 (IFRS 3R). Em cumprimento a este pronunciamento, a Companhia finalizou a coleta de dados e a avaliação do valor justo dos ativos líquidos durante o ano de 2014, sendo que os ajustes realizados na alocação final foram de R\$23, e consequentemente, afetaram o ágio gerado na aquisição. Os ajustes referem-se principalmente a efeitos na avaliação do imposto de renda e e dos estoques na data de aquisição. Os resultados de vendas de Bartira são eliminados contra o custo das mercadorias vendidas, uma vez que as vendas são 100% com a Companhia. Efeitos remanescentes consolidados não são significativos.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

27. Informações sobre os segmentos

A Companhia está organizada e desenvolve suas atividades com apenas um segmento operacional definido como lojas físicas, que contempla as operações das bandeiras Ponto Frio e Casas Bahia, bem como Bartira e CBCC.

O monitoramento do segmento comércio eletrônico foi descontinuado na data da alienação do controle da Nova Pontocom em outubro de 2013.

28. Participações societárias

Investimentos	Participação nos investimentos			
	31.12.2014		31.12.2013	
	Via Varejo	Participação indireta	Via Varejo	Participação indireta
Controladas:				
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. ("LAKE")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Sabara S.A. ("Sabara")	-	-	100,00%	-
Pontocred Negócios de Varejo Ltda. ("PCRE")	99,99%	0,01%	99,50%	0,50%
Globex Administração de Consórcio Ltda. ("GAC")	99,95%	0,05%	99,95%	0,05%
Átino Consultoria Ltda.	-	-	-	100,00%
Casa Bahia Contact Center Ltda. ("CBCC")	-	-	99,99%	0,01%
Rio Expresso Com. Atacadista de Eletrodoméstivos Ltda. ("FACT")	-	-	99,99%	0,01%
Ponto Frio Adm. e Imp. de Bens Ltda. ("PFAB")	-	-	99,99%	-
Coligadas:				
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. ("Nova Pontocom")	43,90%	-	43,90%	-
Cnova N.V. ("Cnova")	-	23,10%	-	-
Marneylectro S.A. R.L. ("Marneylectro") (antiga Jaipur Financial Markets S.A.R.L.)	2,22%	41,80%	-	-
Marneylectro B.V (antiga Jaipur Financial Markets B.V.)	-	41,80%	-	-
Financeira Itaú CBD S.A. ("FIC")	-	14,24%	-	14,24%
Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV")	-	50,00%	-	50,00%
FIC Promotora de Vendas Ltda.	-	14,24%	-	14,24%
E-Hub Consultoria, Participações e Comércio S.A.	-	23,09%	-	43,95
Nova Experiência Pontocom S.A.	-	23,09%	-	43,95
Cnova Comércio Eletrônico S.A.	-	23,09%	-	-
Cnova Finança B.V.	-	23,08%	-	-
Cdiscount Group S.A.S	-	23,08%	-	-